



Banco BS2 S.A.

Demonstrações financeiras em
30 de junho de 2024
e relatório do auditor independente

Índice

Relatório da Administração	3
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras	5
Balanço patrimonial.....	11
Demonstração do resultado	13
Demonstração do resultado abrangente	14
Demonstração das mutações do patrimônio líquido.....	15
Demonstração dos fluxos de caixa	16
Notas explicativas às demonstrações financeiras	17
1 Contexto operacional	17
2 Apresentação das demonstrações financeiras	17
3 Resumo das principais políticas contábeis.....	18
4 Caixa e equivalentes de caixa	23
5 Aplicações em depósitos interfinanceiros	23
6 Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos.....	23
7 Depósitos compulsórios no Banco Central do Brasil.....	27
8 Transações de pagamento	27
9 Carteira de crédito	27
10 Outros ativos financeiros	30
11 Outros ativos.....	30
12 Ativos fiscais correntes e diferidos	30
13 Investimentos em participações em coligadas e controladas	31
14 Ativos tangíveis e intangíveis.....	34
15 Depósitos, captações no mercado aberto e recursos de mercados interbancários	35
16 Letras financeiras subordinadas	36
17 Outros passivos financeiros.....	36
18 Provisões	37
19 Outros passivos.....	38
20 Patrimônio líquido	38
21 Resultado da carteira de crédito e transações de pagamento	39
22 Resultado com aplicações interfinanceiras	40
23 Resultado com títulos e valores mobiliários	40
24 Despesas com operações de captação no mercado	40
25 Receitas de prestação de serviços e Rendas de tarifas bancárias	40
26 Despesa de pessoal	41
27 Outras despesas administrativas	41
28 Despesas tributárias	41
29 Outras receitas e despesas operacionais	41
30 Outras receitas e despesas	42
31 Imposto de renda e contribuição social.....	42
32 Partes relacionadas	42
33 Adequação ao acordo de capitais (BASILEIA III).....	44
34 Gerenciamento de risco	45
35 Outras informações	48
Composição dos órgãos da administração.....	54
Relatório do comitê de auditoria	55

Relatório da Administração

Prezados (as) Acionistas e Clientes,

Apresentamos as demonstrações financeiras do Banco BS2 S.A. (Banco), relativas ao semestre findo em 30 de junho de 2024.

Desde 2021 trilhamos um caminho de dedicação exclusiva às empresas, através da oferta de soluções de Crédito, Pagamentos, Câmbio e Seguros, para PJs de todo país.

Nossas soluções se conectam à plataformas de terceiros, no formato “*White Label*” ou “*As a Service*”, no qual disponibilizamos nossa infraestrutura tecnológica e expertise de negócios para viabilizar integração de jornadas financeiras em outros ambientes. Nosso objetivo é crescer junto com nossos clientes e parceiros, gerando resultados para todos.

No primeiro semestre do ano, registramos crescimento em todas as nossas linhas de negócios.

A **carteira de crédito** fechou o semestre em R\$ 1,7 bilhão. A carteira de crédito estendida, que inclui as cessões de recebíveis de cartões, totalizou R\$ 5,7 bilhões, 8% maior que junho de 2023.

Em 30 de junho de 2024, os títulos classificados na categoria “mantidos até o vencimento” somam R\$ 253,4 milhões, para os quais o Banco tem a intenção e capacidade de mantê-los até o vencimento.

No mundo de pagamentos, atingimos um volume de processamento da ordem de R\$ 88,7 bilhões, contemplando principalmente processamentos de PIX e boletos, o que representa um crescimento de 8% em relação a volumetria registrada no primeiro semestre de 2023. No mundo de cartões, processamos um volume de R\$ 23,0 bilhões através da Adiq, o que nos leva a um TPV total de R\$ 111,7 bilhões na primeira metade de 2024.

Nossas operações de **Câmbio** somaram R\$ 24,0 bilhões no semestre, 74% acima do mesmo período do ano anterior, reforçando nossa constante evolução neste mercado, através de equipe altamente qualificada e produtos diferenciados, como nossa conta internacional multimoedas.

No universo de Seguros, registramos a marca de mais de 100mil apólices comercializadas através da BS2 Seguros, em pouco mais de um ano de atuação.

Na **Captação de Recursos** atingimos o montante de R\$ 5,4 bilhões, composta principalmente por depósitos a prazo (R\$ 3,5 bilhões), captações no mercado aberto e interbancários (R\$ 928,5 milhões) e letras financeiras subordinadas, que compõem nosso patrimônio de referência nível II, no montante de R\$ 227,7 milhões.

O **Lucro líquido** do semestre foi de R\$ 30,0 milhões, 31% maior que os R\$ 22,9 milhões do mesmo período de 2023.

O **Patrimônio Líquido** atingiu R\$ 737,8 milhões, crescimento de 7% no comparativo com junho de 2023. A adequação do patrimônio aos ativos de risco (Basileia) fechou o semestre em 16,4%.

Os resultados alcançados refletem a evolução da execução da nossa estratégia no universo PJ.

ESG - Environmental - Social - Governance

Reafirmando nosso compromisso estabelecido com o Pacto Global da ONU desde 2020, seguimos atuando por um sistema financeiro mais sustentável, garantindo a conduta ética e o combate à corrupção. Isso se dá pelo fomento ao empreendedorismo e ao crescimento das empresas brasileiras, sempre com um olhar para os riscos sociais, ambientais e climáticos, bem como para o impacto gerado por nossas próprias atividades.

Relatório da Administração

A consolidação da agenda de sustentabilidade vem impulsionando o desenvolvimento de iniciativas ESG, com destaque em 2023 para obtenção do selo Pró-ética, implementação de calculadora de risco social, ambiental e climático no processo de *onboarding* dos clientes, definição de metas para o programa de diversidade e a estruturação de um processo integrado de ESG nos novos produtos. Desdobramentos destas e outras iniciativas poderão ser acompanhados integralmente no relatório anual ESG disponibilizado em nosso site www.bancobs2.com.br.

Agradecemos aos nossos colaboradores, acionistas, parceiros e clientes pela confiança e oportunidade de melhor servi-los.

Belo Horizonte, 29 de agosto de 2024.

A Administração.



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas
Banco BS2 S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras do Banco BS2 S.A. ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

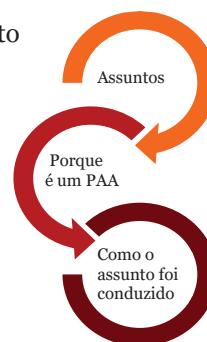
Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco em 30 de junho de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação ao Banco, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do semestre corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.





Banco BS2 S.A.

Porque é um PAA

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito (Notas 3(g) e 9)

Conforme divulgado nas Notas 3(g) e 9, o Banco mensurou a provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, considerando o estabelecimento de níveis de risco das operações, conforme previsto na Resolução nº 2.682/99, do Conselho Monetário Nacional (CMN).

A definição de risco (*rating*) das operações considera julgamento por parte da administração quanto à definição das premissas e da conjuntura econômica, da experiência passada, dos níveis de inadimplência, de riscos específicos em relação às operações e aos devedores e suas respectivas garantias.

Essa é uma área que permanece como foco de auditoria pois o uso desse julgamento na apuração do valor da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito poderia resultar em variações significativas na estimativa dessa provisão.

Nossos procedimentos incluíram, entre outros, a atualização do nosso entendimento e testes sobre os controles internos relevantes relacionados ao processo de cálculo da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito.

Efetuamos, também, em base amostral, testes sobre (i) a integridade da base de dados de operações de crédito; (ii) a conciliação dos saldos contábeis com os relatórios analíticos; (iii) a aprovação e acompanhamento das operações renegociadas; (iv) a aderência das principais premissas adotadas pela administração para mensuração da provisão com as normas do Banco Central do Brasil; e (v) a razoabilidade do julgamento e das premissas adotadas pela administração para a determinação dos *ratings* e a aplicação da metodologia de cálculo da provisão considerando os referidos níveis de riscos atribuídos.

Consideramos que os critérios e as premissas adotadas pela administração são razoáveis no contexto de relevância do exame das demonstrações financeiras.

Reconhecimento do crédito tributário (Notas 3(l) e 12)

O Banco possui ativos decorrentes de créditos tributários sobre diferenças temporárias, prejuízos fiscais de imposto de renda e bases negativas de contribuição social sobre o lucro líquido.

Esses créditos foram constituídos com base em estudo de realização do valor recuperável do crédito tributário elaborado pela administração, conforme requerido pelas normas do Banco Central do Brasil.

Na elaboração do referido estudo foram utilizados julgamentos e premissas de natureza subjetiva, estabelecidos pela administração, para projeção de lucros tributários futuros.

Nossos procedimentos consideraram, entre outros, a análise da razoabilidade das premissas relevantes e metodologia utilizadas na projeção de lucros tributáveis futuros contidas no estudo de realização dos créditos tributários elaborado pela administração.

Efetuamos, também, a análise da razoabilidade das premissas críticas utilizadas pelo Banco com as projeções macroeconômicas divulgadas no mercado, quando aplicável, o confronto dos principais dados históricos em relação às projeções e a análise de aderência frente a Resolução CMN nº 4.842/20.



Banco BS2 S.A.

Porque é um PAA

Continuamos considerando essa uma área de foco de auditoria, pois a utilização de diferentes premissas poderia alterar significativamente a projeção de lucros tributários, e conseqüentemente, os prazos previstos de realização do crédito tributário, com conseqüente impacto contábil.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Com base no resultado dos procedimentos de auditoria e no contexto das incertezas inerentes de realização dos valores registrados como crédito tributário, consideramos que as premissas adotadas pela administração são razoáveis e consistentes com as informações divulgadas nas demonstrações financeiras.

Mensuração do valor de realização de títulos vinculados a direitos creditórios com pouca liquidez e sem mercado ativo (Notas 3(g) e 9(a))

A mensuração do valor de realização de determinados instrumentos financeiros com pouca liquidez e sem mercado ativo envolve nível de julgamento e foi mantida como área de foco em nossa auditoria, uma vez que dependem da avaliação que considera a utilização de premissas e julgamento da administração. Esses instrumentos financeiros são substancialmente compostos por títulos de dívidas (precatórios) emitidas pela União, Estados e municípios.

O uso de distintas técnicas de avaliação e premissas podem produzir estimativas de valor de realização significativamente diferentes. Adicionalmente, a previsão relacionada ao fluxo de recebimento desses instrumentos envolve julgamentos da administração que podem sofrer alterações por conta da capacidade de pagamento da União, estados e municípios.

Considerando a relevância da mensuração do valor de realização de títulos vinculados a direitos creditórios, bem como o exposto anteriormente, esse assunto permanece uma área de foco em nossa auditoria.

Nossos procedimentos de auditoria consideraram, entre outros, a atualização do entendimento e teste dos controles internos relevantes relacionados a mensuração, registro e divulgação desses títulos.

Adicionalmente, realizamos testes quanto à valorização de determinadas operações, que considerou a atualização do entendimento com a administração das principais premissas e metodologias adotadas; a análise de consistência entre projeções efetuadas em anos anteriores com os realizados; e a análise da razoabilidade das premissas e metodologia utilizadas para mensuração.

Consideramos que os critérios e as premissas adotadas na mensuração do valor de realização dos títulos vinculados a direitos creditórios são razoáveis no contexto de relevância do exame das demonstrações financeiras.

Ambiente de Tecnologia de Informação

O processamento das transações do Banco, o desenvolvimento de suas operações e a continuidade de seus processos de negócios são dependentes de sua estrutura tecnológica.

Com o auxílio de nossos especialistas de sistemas, atualizamos nosso entendimento e testamos os controles gerais de tecnologia. Em nosso plano de trabalho, consideramos os testes relacionados à



Banco BS2 S.A.

Porque é um PAA

Os riscos inerentes à tecnologia e sistemas de informação e dos respectivos controles que suportam a tecnologia, podem ocasionar o processamento incorreto de informações críticas para a tomada de decisões ou das operações, assim como, paradas operacionais e risco de continuidade do negócio.

Dessa forma, continuamos a considerar o ambiente de Tecnologia da Informação uma área de foco de nossos trabalhos de auditoria.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

acesso lógico, de segregação de funções, gerenciamento e desenvolvimento de mudanças sistêmicas, processamento de rotinas *batch*, segurança de acessos a programas e banco de dados e segurança física do centro de processamento de dados.

Testamos os principais controles automatizados ou dependentes de tecnologia, bem como os principais controles compensatórios, relacionados às aplicações nos processos de negócio relevantes do Banco.

Como resultado desses procedimentos de auditoria consideramos que os processos e controle do ambiente de tecnologia, adicionados a controles compensatórios e testes realizados, proporcionam uma base razoável para determinarmos a natureza e a extensão de nossos procedimentos de auditoria sobre as demonstrações financeiras.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração do Banco é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.



Banco BS2 S.A.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade do Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Banco são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.



Banco BS2 S.A.

- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das coligadas e controladas em conjunto, para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras do Banco. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria considerando essas investidas e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria do Banco.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as ações tomadas para eliminar ameaças à nossa independência ou salvaguardas aplicadas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do semestre corrente e que, dessa maneira, constituem os Principais Assuntos de Auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as conseqüências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Belo Horizonte, 29 de agosto de 2024

PricewaterhouseCoopers
PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/F-5

Fábio de Oliveira Araújo
Contador CRC 1SP241313/O-3

Ativo	Nota	30/06/2024	31/12/2023
Caixa e equivalentes de caixa	4	765.840	702.493
Instrumentos financeiros		5.893.149	5.950.787
Aplicações em depósitos interfinanceiros	5	214.373	204.083
Títulos e valores mobiliários	6(a)	1.988.799	2.348.707
Instrumentos financeiros derivativos	6(b)	5.317	3.131
Depósitos compulsórios no Banco Central do Brasil	7	159.977	143.871
Relações interfinanceiras		29.667	448
Transações de pagamento	8	1.000.956	798.974
Carteira de crédito	9	1.624.452	1.647.509
Operações de crédito		1.294.503	1.217.159
Outros créditos com características de concessão de crédito		382.080	510.469
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito		(52.131)	(80.119)
Outros ativos financeiros	10	869.608	804.064
Outros ativos	11	57.398	50.632
Ativos fiscais correntes e diferidos		231.974	230.373
Ativos fiscais correntes	12(a)	70.537	59.611
Ativos fiscais diferidos	12(b)	161.437	170.762
Ativos não correntes mantidos para venda		24.297	25.759
Investimentos em participações em coligadas e controladas	13	294.084	283.117
Outros investimentos		2.340	2.326
Ativos tangíveis	14(a)	11.170	11.839
Ativos intangíveis	14(b)	2.784	3.455
Total do ativo		7.283.036	7.260.781

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Passivo e patrimônio líquido	Nota	30/06/2024	31/12/2023
Passivos financeiros		6.403.201	6.377.313
Depósitos	15	4.278.724	4.463.042
Captações no mercado aberto	15	545.656	59.371
Recursos de mercados interbancários	15	382.859	356.756
Relações interfinanceiras		2.081	132
Relações interdependências		128.278	150.064
Obrigações por empréstimos e repasses		24.642	25.761
Instrumentos financeiros derivativos	6(b)	88	
Letras financeiras subordinadas	16	227.735	252.231
Outros passivos financeiros	17	813.138	1.069.956
Provisões	18	32.766	32.337
Obrigações fiscais correntes e diferidas		11.044	18.757
Obrigações fiscais correntes		10.401	18.757
Obrigações fiscais diferidas		643	
Outros passivos	19	98.248	121.060
Total do passivo		6.545.259	6.549.467
Patrimônio líquido		737.777	711.314
Capital social	20(a)	617.155	617.155
Reservas de capital		3.890	2.713
Reservas de lucros	20(b)	138.786	108.778
Outros resultados abrangentes		(22.054)	(17.332)
Total do passivo e do patrimônio líquido		7.283.036	7.260.781

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

	Nota	01/01 a 30/06/2024	01/01 a 30/06/2023
Receitas da intermediação financeira		463.841	370.225
Resultado da carteira de crédito e transações de pagamento	21	210.012	189.928
Resultado com aplicações interfinanceiras	22	38.897	22.087
Resultado com títulos e valores mobiliários	23	131.898	124.134
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	6(b)	3.601	(20.405)
Resultado com operações de câmbio		76.533	48.452
Resultado com operações de venda ou de transferência de ativos financeiros		2.900	6.029
Despesas da intermediação financeira		(232.713)	(197.687)
Operações de captação no mercado	24	(223.382)	(193.756)
Operações por empréstimos e repasses		(9.331)	(3.931)
Resultado da intermediação financeira		231.128	172.538
Resultado de créditos de liquidação duvidosa	9(g)	(3.714)	(41.392)
Provisão para perdas associadas ao risco de crédito		(14.833)	(42.546)
Recuperação de crédito baixado para prejuízo		11.119	1.154
Resultado bruto da intermediação financeira		227.414	131.146
Outras receitas e despesas operacionais		(172.690)	(96.312)
Receitas de prestação de serviços	25	6.425	6.408
Rendas de tarifas bancárias	25	34.583	65.584
Despesas de pessoal	26	(78.658)	(60.760)
Outras despesas administrativas	27	(128.451)	(114.755)
Despesas tributárias	28	(21.019)	(21.219)
Resultado de participações em coligadas e controladas	13	12.659	19.962
Outras receitas operacionais	29	18.916	21.833
Outras despesas operacionais	29	(17.145)	(13.365)
Resultado operacional		54.724	34.834
Outras receitas e despesas	30	(392)	56
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações		54.332	34.890
Imposto de renda e contribuição social	31	(13.595)	(149)
Imposto de renda		(357)	(6.902)
Contribuição social		(286)	(4.821)
Ativo fiscal diferido		(12.952)	11.574
Participações no resultado		(10.729)	(11.859)
Resultado líquido dos semestres		30.008	22.882
Resultado básico e diluído por ação - R\$	20(e)	0,27	0,20

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

	01/01 a 30/06/2024	01/01 a 30/06/2023
Resultado líquido dos semestres	30.008	22.882
Outros ajustes abrangentes	(4.722)	9.567
Ativos financeiros disponíveis para venda (i)	(8.586)	17.563
Variação cambial de dependência no exterior (ii)		(168)
Imposto de renda e contribuição social	3.864	(7.828)
Total do resultado abrangente	25.286	32.449

(i) Montantes que serão reclassificados subsequentemente para o resultado do período, quando condições específicas forem atendidas.

(ii) Montantes que não serão reclassificados subsequentemente para o resultado do período.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

	Capital social	Reservas de capital	Reservas de lucros		Outros resultados abrangentes	Lucros acumulados	Patrimônio líquido
			Legal	Estatutária			
Saldo em 31 de dezembro de 2022	617.155	2.602	8.085	45.610	(19.540)		653.912
Outros resultados abrangentes no período					9.567		9.567
Remuneração baseada em ações		(20)					(20)
Resultado líquido do exercício						22.882	22.882
Destinações:							
Constituição de reservas			1.144	21.738		(22.882)	
Saldo em 30 de junho de 2023	617.155	2.582	9.229	67.348	(9.973)		686.341
Saldo em 31 de dezembro de 2023	617.155	2.713	12.339	96.439	(17.332)		711.314
Outros resultados abrangentes no período					(4.722)		(4.722)
Remuneração baseada em ações		100					100
Direitos de subscrição de ações		1.077					1.077
Resultado líquido do exercício						30.008	30.008
Destinações:							
Constituição de reservas			1.500	28.508		(30.008)	
Saldo em 30 de junho de 2024	617.155	3.890	13.839	124.947	(22.054)		737.777

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

	01/01 a 30/06/2024	01/01 a 30/06/2023
1. Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Resultado líquido do período	30.008	22.882
Ajustes ao resultado líquido	522.811	114.865
Perdas esperadas com operações de crédito	14.833	42.546
Perdas esperadas com demais ativos financeiros	636	383
Depreciação e amortização	3.464	4.817
Perdas por redução ao valor recuperável de ativos tangíveis e outros investimentos	94	39
Resultado de participações em coligadas e controladas	(12.659)	(19.962)
Ganhos e perdas de capital líquidas	516	737
Imposto de renda e contribuição social diferidos	13.595	(11.578)
Variação cambial sobre caixa e equivalente de caixa	(111.525)	(44.085)
Variação cambial de outros ativos e passivos	614.051	140.683
Pagamentos baseados em ações	100	(20)
Constituição (reversão) de provisão para contingências	(584)	1.305
Outros	290	
Resultado líquido ajustado	552.819	137.747
Variações de ativos e passivos	(569.597)	(724.597)
Depósitos compulsórios no Banco Central do Brasil	(16.106)	23.686
Aplicações em depósitos interfinanceiros	(10.290)	(6.068)
Títulos e valores mobiliários	355.186	(454.356)
Carteira de crédito	8.223	(238.041)
Depósitos	(184.318)	379.643
Captações no mercado aberto	486.285	228.639
Recursos de mercados interbancários	26.103	(5.275)
Letras financeiras subordinadas	(758)	16.898
Transações de pagamento (Ativos e Passivos)	(201.983)	(483.045)
Derivativos (Ativos e Passivos)	(2.098)	(48)
Demais ativos e passivos financeiros e não financeiros	(1.029.841)	(186.630)
Caixa (aplicado) gerado nas operações	(16.778)	(586.850)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(7.394)	(9.537)
Caixa líquido originado (aplicado) em atividades operacionais (1)	(24.172)	(596.387)
2. Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Aquisição de investimentos	(14)	(547)
Aquisição de imobilizado de uso	(2.551)	(205)
Alienação de imobilizado de uso	284	58
Aquisição de intangível	(11.568)	(11.466)
Alienação de intangível	11.617	20.131
Aquisição de participações societárias		(34.510)
Alienação de participações societárias	550	27.612
Dividendos recebidos	341	1.029
Caixa líquido originado (aplicado) em atividades de investimento (2)	(1.341)	2.102
3. Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Direitos de subscrição de ações	1.073	
Liquidação de instrumento de dívida elegíveis à capital	(23.738)	
Caixa líquido originado (aplicado) em atividades de financiamento (3)	(22.665)	
Aumento (redução) de caixa e equivalente de caixa (1+2+3)	(48.178)	(594.285)
Caixa e equivalentes de caixa no início dos semestres	702.493	646.295
Ganhos (perdas) cambiais sobre caixa	111.525	44.085
Caixa e equivalentes de caixa no fim dos semestres	765.840	96.095
Aumento (redução) de caixa e equivalente de caixa	(48.178)	(594.285)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

1 Contexto operacional

O Banco BS2 S.A. (“Banco”) é uma companhia de capital fechado e vem operando como banco múltiplo nas carteiras comercial, de câmbio, de crédito, financiamento e investimento, com operações nos segmentos de serviços bancários digitais, créditos para empresas, direitos creditórios e de serviços de pagamentos (*banking as a service*). As operações são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integradamente no mercado financeiro. O Banco tem como principal fonte de recursos os depósitos à vista, o lançamento de certificados de depósitos bancários no mercado e o lançamento de letras financeiras subordinadas.

O Banco, controlado diretamente pela Bonsucesso Holding Financeira S.A., é a instituição líder das instituições financeiras do Grupo Bonsucesso, constituída e domiciliada no Brasil, sediada na Avenida Raja Gabaglia, 1.143 -15º andar, Luxemburgo, Belo Horizonte – MG.

2 Apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras individuais do Banco, que incluem sua dependência no exterior, foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen), estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações, em conjunto às normas do Conselho Monetário Nacional (CMN).

Os seguintes normativos entrarão em vigor a partir de 1º de janeiro de 2025:

- Em novembro de 2021 foi publicada a Resolução CMN nº 4.966, que trata sobre os conceitos e critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para a designação e o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de *hedge*) buscando a convergência do critério contábil do COSIF para os requerimentos da norma internacional do IFRS 9. A Resolução entra em vigor em 1º de janeiro de 2025, e as principais mudanças estão na classificação de instrumentos financeiros, reconhecimento de juros em caso de atraso, cálculo da taxa efetiva contratual, baixa a prejuízo e reconhecimento da provisão e classificação das operações com problemas de crédito.
- Foi publicada pelo Banco Central do Brasil em dezembro de 2021 a Resolução CMN nº 4.975 que estabelece a observância ao Pronunciamento Técnico do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) 06 (R2) – Arrendamentos, no reconhecimento, na mensuração, na apresentação e na divulgação de operações de arrendamento mercantil, e que passa a vigorar em 1º de janeiro de 2025.
- A Lei nº 14.467/2022 alterou o tratamento tributário aplicável às perdas incorridas no recebimento de créditos decorrentes das atividades das Instituições financeiras e demais autorizadas a funcionar pelo BACEN. A principal alteração está na dedução das perdas incorridas na determinação do Lucro Real e da base de cálculo da CSLL. Esta lei entrará em vigor a partir de 1º de janeiro de 2025.

A elaboração das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, requer a adoção de estimativas por parte da Administração. Os principais itens de balanço sujeitos a essas estimativas incluem: a provisão para perdas associadas ao risco de crédito, os valores de mercado dos títulos e valores mobiliários, os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social, provisão para contingências. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Administração do Banco revisa as estimativas e premissas pelo menos semestralmente.

O Conselho de Administração autorizou a emissão das demonstrações financeiras, na reunião realizada em 19 de agosto de 2024.

Foram realizadas as seguintes reclassificações de informações comparativas nas demonstrações financeiras de 30 de junho de 2023:

Demonstração do resultado		
De	Para	01/01 a 30/06/2023
Outras despesas administrativas	Resultado com operações de câmbio	(20.595)
Outras despesas administrativas	Outras despesas operacionais	(4.662)

3 Resumo das principais políticas contábeis

(a) Apuração do resultado

O resultado é apurado pelo regime contábil de competência, sendo ajustado pela parcela atribuível de imposto de renda e contribuição social incidentes sobre os lucros tributáveis e, quando aplicável, pelo imposto de renda e contribuição social diferidos, que serão recuperados ou exigidos em exercícios seguintes.

(b) Moeda funcional e moeda de apresentação

Considera-se moeda funcional a moeda do ambiente econômico principal no qual a entidade opera, a moeda funcional do Banco é o Real e as informações financeiras são apresentadas em milhares de reais e estão sujeitas a arredondamentos para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

Os saldos das demonstrações financeiras da dependência no exterior do Banco, moeda funcional, foram convertidos para o Real utilizando a taxa de câmbio de venda informada pelo Banco Central do Brasil, como segue:

- Ativos e passivos são convertidos pela taxa de câmbio da data do balanço; e
- Receitas e despesas são convertidas pela taxa de câmbio média mensal.

(c) Caixa e equivalentes

Caixa e equivalentes de caixa são representados, basicamente, por disponibilidades, depósitos bancários disponíveis e investimentos de curto prazo de alta liquidez que são prontamente conversíveis em caixa e estão sujeitos a um risco baixo de mudança de valor, cujo prazo de vencimento seja igual ou inferior a 90 dias (a partir da data de aquisição), que são utilizados pelo Banco para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo. O caixa e equivalentes de caixa estão demonstrados na nota 4.

(d) Aplicações interfinanceiras de liquidez

São demonstradas ao custo acrescido dos rendimentos auferidos em base *pro rata*, ajustados ao valor de mercado, quando aplicável.

(e) Títulos e valores mobiliários

Os títulos e valores mobiliários são classificados em três categorias específicas, de acordo com a intenção de negociação pela Administração, atendendo aos seguintes critérios de contabilização:

- Títulos para negociação – Incluem os títulos e valores mobiliários adquiridos com o objetivo de serem negociados frequentemente e de forma ativa, os quais são contabilizados pelo valor de mercado, sendo os ganhos e as perdas realizados e não realizados reconhecidos diretamente no resultado. Os títulos para negociação são mantidos no ativo circulante independente do seu prazo de vencimento.

- (ii) Títulos disponíveis para venda – Incluem os títulos e valores mobiliários utilizados como parte da estratégia para a administração do risco de variação nas taxas de juros, que podem ser negociados como resultado dessas variações, por mudanças nas condições de pagamento ou outros fatores. Esses títulos são contabilizados pelo valor de mercado, sendo os seus rendimentos intrínsecos reconhecidos no resultado do período e os ganhos e as perdas decorrentes das variações do valor de mercado, ainda não realizados, reconhecidos em conta específica do patrimônio líquido, “Ajuste a valor de mercado - TVM”, líquidos dos correspondentes efeitos tributários.

Os ganhos e as perdas, quando realizados são reconhecidos no resultado mediante a identificação específica na data de negociação, em contrapartida do patrimônio líquido, em conta destacada, líquidos dos correspondentes efeitos tributários.

- (iii) Títulos mantidos até o vencimento – Incluem os títulos e valores mobiliários para os quais a Administração possui a intenção e a capacidade financeira de mantê-los até o vencimento, sendo contabilizados ao custo de aquisição, acrescido dos rendimentos intrínsecos. A capacidade financeira é definida em projeções de fluxo de caixa, desconsiderando a possibilidade de resgate antecipado desses títulos.

Os declínios no valor de mercado dos títulos e valores mobiliários, abaixo dos seus respectivos custos, relacionados a razões consideradas não temporárias, são refletidos no resultado como perdas realizadas.

(f) Instrumentos financeiros derivativos

Os instrumentos financeiros derivativos são classificados de acordo com a intenção da Administração para fins ou não de proteção (*hedge*).

As operações que utilizam instrumentos financeiros derivativos efetuados por solicitação de clientes, por conta própria, ou que não atendam aos critérios de proteção estabelecidos (principalmente derivativos utilizados para administrar a exposição global de risco), são contabilizadas pelo valor de mercado, com os ganhos e as perdas realizados e não realizados reconhecidos diretamente na demonstração do resultado.

As operações que utilizam instrumentos financeiros derivativos destinados a *hedge* são classificadas como *hedge* de risco de mercado ou *hedge* de fluxo de caixa que são ajustados ao valor de mercado, observado o seguinte:

- Para aqueles classificados na categoria *hedge* de risco de mercado, a valorização ou a desvalorização é registrada em contrapartida à adequada conta de receita ou despesa, no resultado; e
- Para aqueles classificados na categoria de *hedge* de fluxo de caixa, a valorização ou desvalorização referente à parcela efetiva é registrada em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, líquida dos efeitos tributários.

(g) Operações de crédito, provisão para perdas associadas ao risco de crédito, cessão de crédito e precatórios

- (i) Demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos, em base *pro rata*, com base na variação do indexador e na taxa de juros pactuados. A atualização (*accrual*) das operações vencidas até o 59º dia de atraso é contabilizada em receitas e, a partir do 60º dia, deixa de ser apropriada, e o seu reconhecimento no resultado ocorre quando do efetivo recebimento das prestações. Conforme definido no COSIF as operações de crédito são apresentadas líquidas das rendas a apropriar que são apropriadas de forma *pro rata* ao resultado.
- (ii) A provisão para perdas associadas ao risco de crédito é constituída com base nos critérios definidos pela resolução CMN 2.682/99, sendo fundamentada na análise do saldo em aberto das operações

procedida pela Administração, considerando ainda os valores das garantias, o histórico de perdas e os riscos da carteira.

(iii) O Banco classifica as operações de venda de ativos financeiros considerando a transferência ou retenção de riscos e benefícios, adotando os seguintes procedimentos:

- Nas operações classificadas como “transferência substancial dos riscos e benefícios” o ativo financeiro é baixado do título contábil utilizado para registro da operação original e o resultado positivo ou negativo apurado na negociação é apropriado ao resultado do período de forma segregada.
- Nas operações classificadas na categoria “com retenção substancial de riscos e benefícios” o ativo financeiro deve permanecer, na sua totalidade, registrado no ativo e os valores recebidos na operação devem ser registrados no ativo tendo como contrapartida passivo referente à obrigação assumida. As receitas e as despesas são apropriadas de forma segregada ao resultado do período pelo prazo remanescente da operação, no mínimo mensalmente.

(iv) Precatórios são requisições de pagamentos expedidos pelo Poder Judiciário para cobrar de municípios, estados ou União, assim como de autarquias e fundações, o pagamento de valores devidos após condenação judicial definitiva. Os precatórios são adquiridos pelo Banco após detido estudo a respeito das regulamentações vigentes, estoque de dívida e desempenho de pagamento de cada ente devedor. Em paralelo, o ativo é alvo de análise que contempla sobretudo questões processuais e avaliação de risco do cedente.

A precificação dos precatórios contempla a previsibilidade de recebimento atrelada ao deságio relativo para a renda pretendida durante o fluxo previsto para liquidação. Eventualmente, o fluxo poderá ser distinto da previsão, em decorrência da consolidação das metas orçamentárias dos entes devedores.

O valor presente contábil é calculado com base no preço de aquisição, acrescido da apropriação mensal de renda relativa ao prazo e deságio, bem como dos índices de atualização monetária e demais encargos legais, de acordo com a legislação vigente aplicável ao caso.

Em outubro de 2023 o Banco Central do Brasil se manifestou contrário à apropriação mensal da renda relativa ao deságio pelo fato de não haver regulamentação específica emanada do Conselho Monetário Nacional, ou do Banco Central do Brasil, para ativos dessa natureza, portanto, devem ser mensurados pelo menor valor entre o custo de aquisição e o valor justo. Determinou, ainda, que o deságio apropriado nos exercícios de 2022 e 2023 sejam estornados, linearmente, até o final do exercício de 2025. Em 30 de junho de 2024 o montante a ser estornado nesse prazo é de R\$ 21.216 (R\$ 46.489 em 31/12/2023).

(h) Demais ativos circulantes e não circulantes

Demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos, em base *pro rata*, deduzidos das correspondentes rendas a apropriar.

(i) Investimentos, imobilizado de uso e intangível

Investimentos: Os investimentos em sociedades controladas e coligadas são avaliados pelo método da equivalência patrimonial conforme detalhado na nota 13.

Imobilizado de uso: Correspondem aos bens tangíveis próprios e as benfeitorias realizadas em imóveis de terceiros, desde que utilizados no desempenho das atividades da empresa por período superior a um exercício social e são reconhecidos pelo valor de custo, ajustado por redução ao valor recuperável, quando aplicável. O valor de custo compreende o preço de aquisição ou construção à vista, acrescido de eventuais

impostos de importação e impostos não recuperáveis sobre a compra, os custos diretamente atribuíveis, necessários para o seu funcionamento. A depreciação, reconhecida mensalmente, considera a alocação sistemática do valor depreciável ao longo da vida útil do ativo. O valor depreciável corresponde a diferença entre o valor de custo de um ativo e o valor residual estimado que a instituição obteria com sua venda, após deduzir as despesas estimadas de venda. Abaixo demonstramos a vida útil do imobilizado de uso:

Item	Vida útil
Benfeitorias em imóveis de terceiros	2, 4 e 6 anos
Equipamentos de processamento de dados	6 anos
Equipamentos de comunicação e de segurança	6 e 10 anos
Veículos	3 anos
Mobiliário	10 anos

Intangível: Correspondem aos ativos não monetários identificáveis sem substância física, adquiridos ou desenvolvidos pela instituição, destinados à manutenção da instituição ou exercidos com essa finalidade. Na Instituição, o Intangível é composto por *softwares* adquiridos registrados ao custo e sua amortização é reconhecida mensalmente considerada a alocação sistemática do valor amortizável ao longo de sua vida útil estimada. Abaixo demonstramos a vida útil dos ativos intangíveis:

Item	Vida útil
Sistemas de processamento de dados adquiridos	Entre 2 e 10 anos
Sistemas de processamento de dados gerados internamente	Entre 4 e 10 anos

(j) Valor de recuperação dos ativos não financeiros

Com base em análise da Administração, se o valor de contabilização dos ativos não financeiros exceder o seu valor recuperável, é reconhecida uma perda por *impairment* no resultado. Semestralmente é feita uma avaliação para verificar a existência de *impairment*.

(k) Passivos circulantes e não circulantes

Demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos incorridos em base *pro rata*, deduzidos das correspondentes despesas a apropriar.

(l) Imposto de renda e contribuição social

A provisão para imposto de renda (IRPJ) é calculada à alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10%, aplicados sobre o lucro, após efetuados os ajustes determinados pela legislação fiscal. A provisão para a contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL) foi calculada pela alíquota de 20% até agosto de 2022 e de setembro a dezembro de 2022 alterada para a alíquota de 21% conforme determinação da Lei 14.446/2022.

O imposto de renda diferido é calculado sobre as diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras. O reconhecimento dos créditos tributários e passivos diferidos é registrado pelas alíquotas aplicáveis ao período em que se estima a realização do ativo e/ou a liquidação do passivo.

(m) Ativos e passivos contingentes e obrigações legais e fiscais

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes são registrados da seguinte forma:

- **Ativos Contingentes:** não são reconhecidos, exceto quando da existência de evidências suficientes que assegurem elevado grau de confiabilidade de realização, usualmente representado pelo trânsito em julgado da ação e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro exigível.
- **Passivos Contingentes:** decorrem basicamente de processos judiciais e administrativos, inerentes ao curso normal dos negócios, movidos por terceiros, ex-funcionários e órgãos públicos, em ações cíveis, trabalhistas, de natureza fiscal e outros riscos. Essas contingências são avaliadas por assessores legais e levam em consideração a probabilidade que recursos financeiros sejam exigidos para liquidar as obrigações e que o montante das obrigações possa ser estimado com suficiente segurança. As contingências trabalhistas são classificadas como prováveis, para as quais são constituídas provisões; possíveis, que somente são divulgadas sem que sejam provisionadas; e remotas, que não requerem provisão e divulgação. Os valores das contingências são quantificados utilizando-se modelos e critérios que permitam a sua mensuração de forma adequada, apesar da incerteza inerente ao prazo e valor.
- **Obrigações legais – fiscais:** são derivadas de obrigações tributárias previstas na legislação, independentemente da probabilidade de sucesso de processos judiciais em andamento, que têm os seus montantes integrais reconhecidos contabilmente.

(n) Eventos subsequentes

Corresponde ao evento ocorrido entre a data-base das demonstrações financeiras e a data na qual foi autorizada a emissão dessas demonstrações e são compostos por:

- **Eventos que originam ajustes:** são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações financeiras; e
- **Eventos que não originam ajustes:** são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações financeiras.

(o) Resultados recorrentes e não recorrentes

Define-se como resultado não recorrente o resultado que não esteja relacionado ou esteja relacionado incidentalmente com as atividades típicas da instituição e não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros. A natureza e o efeito financeiro dos eventos considerados não recorrentes estão evidenciados na nota 34(d).

(p) Informações da dependência no exterior

A dependência do Banco em *Cayman Island* é licenciada pela lei de bancos e companhias fiduciárias, devidamente registrada. A dependência está devidamente autorizada a executar negócios bancários e atua, substancialmente, na captação de depósitos à vista por remessas de clientes brasileiros que, por sua vez, podem utilizar seus depósitos por meio de cartão de débito internacional.

A posição financeira resumida da dependência no exterior, convertida à taxa de câmbio vigente na data do balanço incluída nas demonstrações financeiras é demonstrada abaixo (sem eliminação das transações com ligadas):

	R\$		US\$	
	30/06/2024	31/12/2023	30/06/2024	31/12/2023
Ativo	166.661	179.035	29.981	36.981
Caixa e equivalentes de caixa - Disponibilidades	28.450	31.255	5.118	6.456
Instrumentos financeiros	138.211	147.780	24.863	30.525
Carteira de crédito	136.883	147.053	24.624	30.375
Outros ativos financeiros	1.328	727	239	150
Passivo	166.661	179.035	29.981	36.981
Passivos financeiros	154.870	171.857	27.860	35.498
Depósitos à vista	145.889	163.924	26.244	33.860
Relações interdependências	1.021	1.483	184	306
Outros passivos financeiros	7.960	6.450	1.432	1.332
Patrimônio líquido	11.791	7.178	2.121	1.483
Resultado líquido dos períodos	4.613	5.026	639	666

4 Caixa e equivalentes de caixa

	30/06/2024	31/12/2023
Disponibilidade em moeda estrangeira	216.869	75.909
Reservas livres no Banco Central do Brasil	2.000	7.000
Disponibilidade em moeda nacional	18	19
Total de disponibilidades	218.887	82.928
Depósitos voluntários no Banco Central do Brasil	500.131	550.120
Aplicações interfinanceiras de liquidez	46.822	69.445
Total	765.840	702.493

5 Aplicações em depósitos interfinanceiros

	30/06/2024	31/12/2023
CDI do Bancoob	130.509	125.480
CDI do Banco ABC Brasil	42.676	40.495
CDI do Banrisul	37.686	36.313
Aplicações em moedas estrangeiras	3.502	1.795
Total - Circulante	214.373	204.083

6 Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos

(a) Títulos e valores mobiliários

	30/06/2024	31/12/2023
Livres	1.298.095	2.010.407
Letras Financeiras do Tesouro	348.939	1.176.762
Notas do Tesouro Nacional	391.485	354.219
Cotas de fundos de investimentos	287.021	262.386
Notas comerciais	201.660	158.725
Certificados de recebíveis imobiliários - CRI	19.469	24.175
Cédula de produtor rural - CPR	33.541	20.295
Ações de companhias fechadas	9.040	9.040
Debêntures	6.940	4.805
Vinculado a operações compromissadas	546.124	59.390
Letras Financeiras do Tesouro	546.124	59.390
Vinculado a prestação de garantias	156.759	290.294
Letras Financeiras do Tesouro	156.759	290.294
Provisão para perdas de títulos	(12.179)	(11.384)
Total	1.988.799	2.348.707
Circulante	1.063.104	1.170.093
Não circulante	925.695	1.178.614

A seguir demonstramos a classificação dos títulos e valores mobiliários:

								30/06/2024
	Custo	Ajustes a mercado	Valor contábil	Sem vencimento	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	Acima de 3 anos
Títulos para negociação	699.290	190	699.480	287.021		70.152	342.307	
Letras Financeiras do Tesouro	412.269	190	412.459			70.152	342.307	
Cotas de fundos de investimentos	287.021		287.021	287.021				
Ações de companhias fechadas	9.040		9.040	9.040				
Provisão para perdas de títulos	(9.040)		(9.040)	(9.040)				
Títulos disponíveis para venda	1.057.258	(21.372)	1.035.886		131.312	91.189	808.347	5.038
Letras Financeiras do Tesouro	638.867	496	639.363			48.034	591.329	
Certificados de recebíveis imobiliários - CRI	4.920	118	5.038					5.038
Notas do Tesouro Nacional	413.471	(21.986)	391.485		131.312	43.155	217.018	
Títulos mantidos até o vencimento	253.433		253.433		33.420	107.703	102.332	9.978
Notas comerciais	201.660		201.660		25.700	76.621	89.298	10.041
Certificados de recebíveis imobiliários - CRI	14.431		14.431		1.701	9.601	3.129	
Cédula de produtor rural - CPR	33.541		33.541		7.778	22.225	3.538	
Debêntures	6.940		6.940				6.940	
Provisão para perdas de títulos	(3.139)		(3.139)		(1.759)	(744)	(573)	(63)
Total	2.009.981	(21.182)	1.988.799	287.021	164.732	269.044	1.252.986	15.016

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 30/06/2024 e 31/12/2023 para as contas patrimoniais e de 01/01 a 30/06 de 2024 e 2023 para resultado

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

								31/12/2023
	Custo	Ajustes a mercado	Valor contábil	Sem vencimento	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	Acima de 3 anos
Títulos para negociação	938.570	281	938.851	262.386		285.392	391.073	
Letras Financeiras do Tesouro	676.184	281	676.465			285.392	391.073	
Cotas de fundos de investimentos	262.386		262.386	262.386				
Ações de companhias fechadas	9.040		9.040	9.040				
Provisão para perdas de títulos	(9.040)		(9.040)	(9.040)				
Títulos disponíveis para venda	1.217.625	(13.425)	1.204.200			127.746	849.981	226.473
Letras Financeiras do Tesouro	849.408	573	849.981				849.981	
Notas do Tesouro Nacional	368.217	(13.998)	354.219			127.746		226.473
Títulos mantidos até o vencimento	205.656		205.656		18.417	85.079	94.428	7.732
Notas comerciais	158.725		158.725		16.221	55.796	78.937	7.771
Certificados de recebíveis imobiliários - CRI	24.175		24.175		2.233	13.211	8.731	
Cédula de produtor rural - CPR	20.295		20.295		100	17.672	2.523	
Debêntures	4.805		4.805				4.805	
Provisão para perdas de títulos	(2.344)		(2.344)		(137)	(1.600)	(568)	(39)
Total	2.361.851	(13.144)	2.348.707	262.386	18.417	498.217	1.335.482	234.205

As aplicações em cotas de fundos de investimento são avaliadas pelo valor das cotas informadas pelos administradores, as quais refletem a marcação a mercado das carteiras dos fundos, conforme regras da CVM.

Em 30 de junho de 2024, o saldo de provisão para perda para a aplicação em ações de companhias fechadas é de R\$ 9.040 (R\$ 9.040 em 31/12/2023), para as notas comerciais é de R\$ 1.283 (R\$ 1.127 em 31/12/2023) e para cédula de produtor rural é de R\$ 1.855 (R\$ 1.217 em 31/12/2023).

Os títulos públicos federais foram marcados a mercado pela cotação divulgada pela ANBIMA – Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais.

Os títulos classificados como mantidos para negociação são apresentados no circulante, independentemente do vencimento.

(b) Instrumentos financeiros derivativos

O Banco participa de operações com instrumentos financeiros derivativos de modo a mitigar a exposição a riscos de mercado, de moeda e de taxa de juros, de maneira que haja o menor descasamento de prazos e volumes financeiros possíveis.

Eventualmente, quando identificadas oportunidades com uma relação risco/retorno considerada compensadora, o Banco efetua operações com instrumentos derivativos objetivando a obtenção de ganhos.

Em 30 de junho de 2024, o Banco possuía contratos de derivativos envolvendo operações de *Swap*, futuros e à termo de modo a mitigar a exposição de moedas estrangeiras e um prêmio de opção de ações a exercer a partir de dezembro de 2026.

Abaixo demonstramos a posição dos instrumentos financeiros derivativos com valores marcados a mercado:

	30/06/2024			31/12/2023		
	Ativo	Passivo	Líquido	Ativo	Passivo	Líquido
Opções de compra de ações	3.000		3.000	3.000		3.000
Compras a termo de moeda	2.317		2.317			
Vendas a termo de moeda		(88)	(88)	116		116
<i>Swap</i>				15		15
Total a receber (a pagar)	5.317	(88)	5.229	3.131		3.131
Circulante	2.317	(88)		1.631		
Não circulante	3.000			1.500		

A seguir demonstramos o resultado com instrumentos financeiros derivativos:

	01/01 a 30/06/2024	01/01 a 30/06/2023
Operações com derivativos à futuros	562	(21.897)
Operações com derivativos à termo	3.208	1.597
Operações com opções de ativos financeiros e mercadorias	(160)	(105)
<i>Swap</i>	(9)	
Total	3.601	(20.405)

7 Depósitos compulsórios no Banco Central do Brasil

	30/06/2024	31/12/2023
Depósitos de moeda eletrônica	13.000	15.000
Conta de pagamento instantâneo	132.554	109.267
Reservas compulsórias em espécie no Banco Central do Brasil	14.423	19.604
Total - Circulante	159.977	143.871

8 Transações de pagamento

As transações de pagamento correspondem a créditos antecipados a credenciadores de cartões (substancialmente) e aos estabelecimentos comerciais. A seguir demonstramos a composição por vencimento:

	30/06/2024	31/12/2023
A vencer até 30 dias	332.791	148.935
A vencer de 31 a 60 dias	199.822	221.509
A vencer de 61 a 90 dias	127.641	99.351
A vencer de 91 a 180 dias	240.729	230.359
A vencer de 181 a 360 dias	99.973	98.820
Total - Circulante	1.000.956	798.974

9 Carteira de crédito

(a) Classificação por produto

	30/06/2024	31/12/2023
Operações de crédito	1.294.503	1.217.159
Capital de giro	1.053.488	1.018.907
Financiamento à exportação	124.863	95.354
Conta garantida	49.473	30.193
CDC - Pessoas jurídicas	14.484	22.321
Desconto de títulos	11.635	17.613
Financiamentos Imobiliários	19.654	13.129
Financiamento em moeda estrangeira	13.408	11.751
Adiantamentos a depositantes	379	268
Outros	7.119	7.623
Outros créditos com características de concessão de crédito	382.080	510.469
Precatórios	221.037	408.981
Adiantamentos sobre contratos de câmbio	72.659	53.732
Risco sacado	72.921	39.447
Devedores por compra de valores e bens	8.280	8.280
Outros	7.183	29
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	(52.131)	(80.119)
Operações de crédito	(49.307)	(78.950)
Outros créditos com características de concessão de crédito	(2.824)	(1.169)
Total	1.624.452	1.647.509
Circulante	1.039.109	1.019.648
Não circulante	585.343	627.861

(b) Classificação por prazo

	30/06/2024	31/12/2023
Total de parcelas a vencer	1.656.977	1.699.779
A vencer com prazo indeterminado	221.037	408.981
A vencer até 90 dias	364.144	248.388
A vencer de 91 a 180 dias	224.676	282.595
A vencer de 181 a 360 dias	327.897	293.314
A vencer acima de 360 dias	519.223	466.501
Total de parcelas vencidas	19.606	27.849
Vencidas até 90 dias	11.030	8.612
Vencidas de 91 a 180 dias	6.383	8.957
Vencidas de 181 a 360 dias	2.193	10.280
Total	1.676.583	1.727.628

(c) Classificação por setor de atividade

	30/06/2024	31/12/2023
Serviços	1.415.208	1.272.805
Administração pública	221.037	408.981
Indústria	9.098	22.983
Comércio	17.935	16.612
Pessoas físicas	13.305	6.247
Total	1.676.583	1.727.628

(d) Classificação por níveis de risco

Nível	%	30/06/2024		31/12/2023	
		Carteira	Provisão	Carteira	Provisão
AA		111.234		251.368	
A	0,5	686.076	3.431	696.749	3.484
B	1	627.519	6.275	602.426	6.024
C	3	187.537	5.626	77.120	2.314
D	10	12.174	1.218	3.654	365
E	30	1.854	556	4.395	1.318
F	50	28.557	14.279	49.477	24.738
G	70	2.955	2.069	1.877	1.314
H	100	18.677	18.677	40.562	40.562
Total		1.676.583	52.131	1.727.628	80.119

(e) Classificação por níveis de risco e produto

Nível				30/06/2024	
	Capital de giro	Precatórios	Outros	Total	
AA	13.540	75.494	22.200	111.234	
A	364.627	145.543	175.906	686.076	
B	468.530		158.989	627.519	
C	148.033		39.504	187.537	
D	9.998		2.176	12.174	
E	1.846		8	1.854	
F	28.547		10	28.557	
G	672		2.283	2.955	
H	17.695		982	18.677	
Total	1.053.488	221.037	402.058	1.676.583	

Nível				31/12/2023	
	Capital de giro	Precatórios	Outros	Total	
AA	9.766	225.397	16.205	251.368	
A	394.740	183.584	118.425	696.749	
B	455.608		146.818	602.426	
C	64.501		12.619	77.120	
D	3.605		49	3.654	
E	4.295		100	4.395	
F	46.089		3.388	49.477	
G	1.557		320	1.877	
H	38.746		1.816	40.562	
Total	1.018.907	408.981	299.740	1.727.628	

(f) Concentração da carteira

	30/06/2024		31/12/2023	
	Valor	% sobre a carteira	Valor	% sobre a carteira
10 maiores devedores	465.022	27,74	628.990	36,41
20 maiores devedores	297.316	17,73	315.863	18,28
50 maiores devedores	353.762	21,10	311.999	18,06
100 maiores devedores	291.776	17,40	259.580	15,03
Outros	268.707	16,03	211.196	12,22
Total	1.676.583	100,00	1.727.628	100,00

(g) Movimentação da provisão para perdas associadas ao risco de crédito

	01/01 a 30/06/2024	01/01 a 30/06/2023
Saldo no início do exercício	80.119	44.026
Constituição/reversão de provisão	14.833	42.546
Baixas de créditos para prejuízo	(42.821)	(5.552)
Saldo no fim do exercício	52.131	81.020
Recuperação de crédito baixado para prejuízo	11.119	1.154

No primeiro semestre de 2024 foram renegociadas um montante de R\$ 199.654 (R\$ 50.296 no primeiro semestre de 2023) de operações de crédito da carteira empresarial, cujo saldo devedor em 30 de junho de 2024 totaliza em R\$ 198.161 (R\$ 2.903 em 30/06/2023).

10 Outros ativos financeiros

	30/06/2024	31/12/2023
Operações de câmbio (i)	819.275	752.585
Valores a receber decorrentes de precatórios da própria instituição	45.566	43.733
Valores a receber de sociedades ligadas (nota 32)	1.576	2.821
Rendas a receber	1.440	2.269
Negociação e intermediação de valores	40	649
Diversos	1.711	2.007
Total	869.608	804.064
Circulante	821.630	757.182
Não circulante	47.978	46.882

(i) O saldo de operações de câmbio do ativo é composto conforme abaixo:

	30/06/2024	31/12/2023
Câmbio comprado a liquidar	451.199	603.510
Direitos sobre vendas de câmbio	374.510	469.576
Adiantamentos em moeda nacional recebidos	(6.434)	(320.501)
Total - Circulante	819.275	752.585

11 Outros ativos

	30/06/2024	31/12/2023
Despesas antecipadas	17.251	13.898
Deságio na colocação de títulos	10.457	10.312
Devedores por depósitos em garantia (nota 17(ii))	9.688	9.986
Adiantamentos para meios de pagamentos (i)	9.110	11.306
Diversos	10.892	5.130
Total	57.398	50.632
Circulante	33.435	29.047
Não circulante	23.963	21.585

(i) Refere-se a valor adiantado ao parceiro especializado em serviços de meios de pagamentos, para acolhimento de pagamentos demandados pelos clientes do Banco diariamente.

12 Ativos fiscais correntes e diferidos**(a) Ativos fiscais correntes**

Ativos fiscais correntes refere-se a impostos e contribuições a compensar conforme abaixo:

	30/06/2024	31/12/2023
IRPJ a compensar	60.795	53.216
CSLL a compensar	9.708	6.376
Outros impostos e contribuições a compensar	34	19
Total - Circulante	70.537	59.611

(b) Ativos fiscais diferidos

O Banco adota a prática de constituir créditos e obrigações fiscais diferidos sobre todas as diferenças temporárias, prejuízos fiscais e bases negativas desde que haja perspectiva de recuperação. Os saldos dos créditos tributários apresentam-se como segue:

	30/06/2024	31/12/2023
Provisão para perdas em ativos	31.634	45.149
Provisões passivas	25.190	32.853
Ajustes ao valor de mercado	9.715	6.038
Outras diferenças temporárias	12.891	12.848
Total de diferenças temporárias	79.430	96.888
Prejuízo fiscal - Imposto de Renda	43.618	40.264
Base negativa - Contribuição Social	38.389	33.610
Total - Não circulante	161.437	170.762

A seguir demonstramos a movimentação dos créditos tributários:

	Adições temporárias	Prejuízos fiscais/Base negativa	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2022	67.597	86.796	154.393
Constituição	45.040		45.040
Utilização	(36.190)	(5.104)	(41.294)
Saldo em 30 de junho de 2023	76.447	81.692	158.139
Saldo em 31 de dezembro de 2023	96.888	73.874	170.762
Constituição	38.107	8.133	46.240
Utilização	(55.565)		(55.565)
Saldo em 30 de junho de 2024	79.430	82.007	161.437

Os créditos tributários estão relacionados, principalmente, à possibilidade de reconhecimento, como perda efetiva, das despesas com provisões para créditos de liquidação duvidosa e contingenciamentos discutidos judicialmente, cuja realização depende do encerramento dos questionamentos judiciais.

Os créditos tributários relacionados a prejuízo fiscal e base negativa serão recuperados, segundo a expectativa da Administração com lucros tributários futuros, a partir de projeções aprovadas pela Administração e elaboradas com base em premissas internas e cenários econômicos futuros, que podem, portanto, sofrer alterações.

A recuperação provável dos créditos tributários pode ser demonstrada conforme abaixo:

	Valor contábil	Valor presente
2024	39.186	35.015
2025	55.010	43.924
2026	59.541	42.483
2027	3.909	2.492
2028	3.791	2.160
Total	161.437	126.074

13 Investimentos em participações em coligadas e controladas

	30/06/2024	31/12/2023
Participações em coligadas e controladas (a)	291.314	280.057
Ágio na aquisição de participação societária (b)	2.770	3.060
Total	294.084	283.117

(a) Informações das controladas diretas e indiretas e coligadas

	Quantidade de quotas ou ações possuídas	% de participação	Patrimônio líquido	Resultado do semestre	Valor do investimento em 31/12/2023	Resultado da equivalência patrimonial no semestre	Dividendos e JCP	Ganhos (Perdas) de capital líquidas	Aquisição (Alienação) de participações	Outros	Valor do investimento em 30/06/2024
BS Tecnologia	110.889.000	99,90	133.460	5.339	127.992	5.334					133.326
Adiq Instituição de Pagamento	17.922.125	44,27	271.780	8.673	116.488	3.840					120.328
IPG Holding Financeira	20.902.962	51,50	56.099	412	28.927	697	(169)	(14)	(550)		28.891
DT Participações	9.156.503	99,80	2.858	72	2.781	72					2.853
BS2 Asset Management	599.982	100,00	2.124	872	1.755	871		(502)			2.124
BLU Participações	4.030.625	99,56	3.519	1.755	1.753	1.747				4	3.504
Butiá Participações	209.103	29,03	991	267	361	98	(171)				288
BS2P Participações	37.480	99,95									
Total					280.057	12.659	(340)	(516)	(550)	4	291.314

	Quantidade de quotas ou ações possuídas	% de participação	Patrimônio líquido	Resultado do semestre	Valor do investimento em 31/12/2022	Resultado da equivalência patrimonial no semestre	Dividendos e JCP	Ganhos (Perdas) de capital líquidas	Aquisição (Alienação) de participações	Outros	Valor do investimento em 30/06/2023
BS Tecnologia	110.889.000	99,90	119.942	4.346	115.481	4.341					119.822
Adiq Instituição de Pagamento	17.922.125	44,27	249.987	38.508	82.918	15.865			34.510		133.293
IPG Holding Financeira	21.308.845	52,50	55.187	(7)	29.143	(170)					28.973
DT Participações	9.156.503	99,80	2.735	(391)	3.120	(390)					2.730
BS2 Asset Management	599.970	100,00	1.371	563	1.545	562		(736)			1.371
BLU Participações	1.810.422	74,99	984	(413)	1.048	(310)					738
Butiá Participações	213.306	29,61	1.946	298	468	127	(326)		(19)		250
BLU Instituição de Pagamento	368.750	13,27	916	(480)	185	(63)					122
BS2P Participações	37.480	99,95									
BS2 DTVM					27.594				(27.594)		
Total					261.502	19.962	(326)	(736)	6.897		287.299

Adiq Instituição de Pagamento S.A. (“Adiq Instituição de Pagamento”): Em maio de 2023 o Banco adquiriu, de terceiros, 2.050.491 ações ordinárias nominativas equivalentes a 5,06% do capital social da Adiq Instituição de Pagamento, por R\$ 11.896 e mais um ágio de R\$ 22.613 conforme nota 13(b).

IPG Holding Financeira S.A. (“IPG”): Em março de 2024, o Banco alienou 405.883 ações ordinárias da IPG alterando a participação do Banco para 51,50%.

BLU Participações S.A. (“BLU Participações”): Em julho de 2023 o Banco adquiriu de terceiros 593.250 ações ordinárias nominativas alterando sua participação para 99,56%. Também em julho de 2023 foi deliberado o aumento do capital social para R\$ 3.084 após aporte de R\$ 670, representado pela emissão de 1.634.147 novas ações ordinárias.

BLU Instituição de Pagamento e Tecnologia S.A. (“BLU Instituição de Pagamento”): Em julho de 2023 o Banco cedeu suas ações da BLU Instituição de Pagamento por R\$ 121 deixando assim de participar.

BS2 Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. (“BS2 DTVM”): Em 29 de dezembro de 2022 o Banco Central do Brasil aprovou a transferência do controle societário da BS2 DTVM para a Galápagos Holding Financeira Ltda. conforme contrato de compra e venda de 30 de março de 2022 que foi consolidada em 31 de março de 2023, desta forma o BS2 deixou de participar na BS2 DTVM.

(b) **Ágio na aquisição de participação societária**

Ágio na aquisição de participação societária	30/06/2024	31/12/2023
O ágio por expectativa de rentabilidade futura (<i>goodwill</i>)	19.167	19.167
Diferença entre o valor justo e o valor contábil	2.152	2.152
Principal	3.912	3.912
Tributos	(1.760)	(1.760)
Ativos e passivos não registrados na investida	1.294	1.294
Principal	2.353	2.353
Tributos	(1.059)	(1.059)
Total	22.613	22.613
Goodwill transferido para patrimônio líquido	(19.167)	(19.167)
Amortização acumulada diferença entre o valor justo e o valor contábil	(503)	(287)
Principal	(913)	(521)
Tributos	410	234
Amortização acumulada ativos e passivos não registrados na investida	(173)	(99)
Principal	(315)	(180)
Tributos	142	81
Saldo final	2.770	3.060

14 Ativos tangíveis e intangíveis

(a) Ativos tangíveis

	Equipamentos de processamento de dados	Benfeitorias em imóveis de terceiros	Outros	Total
Custo de aquisição				
Saldo em 31 de dezembro de 2022	17.011	12.961	7.693	37.665
Adição		191	14	205
Baixas		(4)	(77)	(81)
Transferências		(40)	40	
Redução no valor recuperável			(39)	(39)
Saldo em 30 de junho de 2023	17.011	13.108	7.631	37.750
Saldo em 31 de dezembro de 2023	17.023	13.191	7.161	37.375
Adição	36	345	2.170	2.551
Baixas			(518)	(518)
Transferências		1.677	(1.677)	
Redução no valor recuperável			(94)	(94)
Saldo em 30 de junho de 2024	17.059	15.213	7.042	39.314
Depreciação acumulada				
Saldo em 31 de dezembro de 2022	(10.891)	(6.314)	(2.739)	(19.944)
Despesa de depreciação	(1.299)	(1.178)	(191)	(2.668)
Baixas			23	23
Saldo em 30 de junho de 2023	(12.190)	(7.492)	(2.907)	(22.589)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	(13.754)	(8.964)	(2.818)	(25.536)
Despesa de depreciação	(1.006)	(1.625)	(211)	(2.842)
Baixas			234	234
Saldo em 30 de junho de 2024	(14.760)	(10.589)	(2.795)	(28.144)
Total líquido em 30 de junho de 2024	2.299	4.624	4.247	11.170

(b) Ativos intangíveis

	Sistemas adquiridos	Sistemas gerados internamente	Total
Custo de aquisição			
Saldo em 31 de dezembro de 2022	28.720	21.700	50.420
Adição		11.466	11.466
Baixas		(22.320)	(22.320)
Saldo em 30 de junho de 2023	28.720	10.846	39.566
Saldo em 31 de dezembro de 2023	28.720	10.847	39.567
Adição		11.568	11.568
Baixas	(161)	(22.415)	(22.576)
Saldo em 30 de junho de 2024	28.559	28.559	28.559
Amortização acumulada			
Saldo em 31 de dezembro de 2022	(22.163)	(12.186)	(34.349)
Despesa de amortização	(761)	(1.388)	(2.149)
Baixas		2.189	2.189
Saldo em 30 de junho de 2023	(22.924)	(11.385)	(34.309)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	(25.272)	(10.840)	(36.112)
Despesa de amortização	(616)	(6)	(622)
Baixas	113	10.846	10.959
Saldo em 30 de junho de 2024	(25.775)	(25.775)	(25.775)
Total líquido em 30 de junho de 2024	2.784	2.784	2.784

15 Depósitos, captações no mercado aberto e recursos de mercados interbancários

						30/06/2024
	Sem vencimento	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	Acima de 3 anos	Total
Depósitos	590.865	516.955	1.157.178	2.008.062	5.664	4.278.724
Depósitos à vista	580.407					580.407
Outros depósitos	10.458					10.458
Depósitos interfinanceiros		192.342	3.045			195.387
Depósitos a prazo		324.613	1.154.133	2.008.062	5.664	3.492.472
Captações no mercado aberto		545.656				545.656
Letras Financeiras do Tesouro		545.656				545.656
Recursos de mercados interbancários		135.401	191.536	55.922		382.859
Letras de crédito imobiliário		118.882	184.347	33.775		337.004
Letras de crédito do agronegócio		16.519	7.189	487		24.195
Letras financeiras				21.660		21.660
Total	590.865	1.198.012	1.348.714	2.063.984	5.664	5.207.239

						31/12/2023
	Sem vencimento	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	Acima de 3 anos	Total
Depósitos	800.297	462.961	1.371.810	1.827.223	751	4.463.042
Depósitos à vista	788.863					788.863
Outros depósitos	11.434					11.434
Depósitos interfinanceiros		111.497	167.941			279.438
Depósitos a prazo		351.464	1.203.869	1.827.223	751	3.383.307
Captações no mercado aberto		59.371				59.371
Letras Financeiras do Tesouro		59.371				59.371
Recursos de mercados interbancários		93.527	224.328	38.901		356.756
Letras de crédito imobiliário		69.635	204.533	18.484		292.652
Letras de crédito do agronegócio		23.892	19.795			43.687
Letras financeiras				20.417		20.417
Total	800.297	615.859	1.596.138	1.866.124	751	4.879.169

16 Letras financeiras subordinadas

Taxa anual	Emissão	Vencimento	30/06/2024	31/12/2023
100% IPCA + 4,98%	2019	2024		4.504
100% IPCA + 5,47%	2019	2024		2.090
100% IPCA + 6,17%	2019	2024		636
100% IPCA + 6,22%	2019	2024		1.025
100% IPCA + 6,37%	2019	2024		689
100% IPCA + 6,42%	2019	2024		608
100% IPCA + 6,47%	2019	2024		1.568
100% IPCA + 6,77%	2019	2024		1.061
100% IPCA + 6,87%	2019	2024		1.063
100% IPCA + 4,68%	2019	2024	497	472
100% IPCA + 4,83%	2019	2024	504	479
100% IPCA + 4,93%	2019	2024	502	476
100% IPCA + 5,02%	2019	2024	1.513	1.436
130% CDI	2019	2024	9.072	19.050
135% CDI	2019	2024	23.177	36.075
130% CDI	2020	2025	796	745
PRÉ 9,88%	2020	2026	589	562
100% IPCA + 2,99%	2021	2027	448	429
100% IPCA + 5,98%	2021	2027	857	810
100% IPCA + 6,17%	2021	2027	7.197	6.798
100% IPCA + 6,18%	2021	2027	720	680
100% IPCA + 6,23%	2021	2027	431	406
100% IPCA + 6,27%	2021	2027	431	406
100% IPCA + 6,28%	2021	2027	1.157	1.092
100% IPCA + 6,38%	2021	2027	868	819
100% IPCA + 6,47%	2021	2027	1.298	1.224
100% IPCA + 6,48%	2021	2027	870	820
100% IPCA + 6,58%	2021	2027	876	826
100% IPCA + 6,68%	2021	2027	10.387	9.783
100% IPCA + 5,77%	2022	2028	76.010	71.922
140% CDI	2022	2028	73.195	68.157
PRÉ 10,86%	2022	2028	16.340	15.520
Total			227.735	252.231
Circulante			36.060	71.232
Não circulante			191.675	180.999

17 Outros passivos financeiros

	30/06/2024	31/12/2023
Operações de câmbio (i)	812.448	1.069.067
Valores a pagar a sociedades ligadas (Nota 32)	505	801
Negociação e intermediação de valores	185	88
Total - Circulante	813.138	1.069.956

(i) O saldo de operações de câmbio do passivo é composto conforme abaixo:

	30/06/2024	31/12/2023
Obrigações por compras de câmbio	422.284	605.337
Câmbio vendido a liquidar	390.164	463.730
Total - Circulante	812.448	1.069.067

18 Provisões

	30/06/2024	31/12/2023
Provisões para contingências (i)	31.232	31.816
Provisão para garantias financeiras prestadas (ii)	1.534	521
Total	32.766	32.337
Circulante	1.485	453
Não circulante	31.281	31.884

(i) “Provisões para contingências” e “Devedores por depósitos em garantia” são demonstrados conforme abaixo:

	30/06/2024	31/12/2023
Depósitos judiciais	9.688	9.986
Contingências cíveis	3.506	3.160
Contingências tributárias	4.686	5.486
Contingências trabalhistas e previdenciárias	891	870
Diversos	605	470
Provisões para contingências	31.232	31.816
Contingências cíveis	28.563	29.541
Contingências trabalhistas e previdenciárias	2.151	1.882
Diversos	518	393

A Administração do Banco revisa as contingências e avalia as possibilidades de eventuais perdas ajustando a provisão conforme aplicável.

Os processos trabalhistas considerados como perda provável são objeto de provisão e aqueles avaliados como risco possível não são reconhecidos contabilmente, sendo que em 30 de junho de 2024 totalizavam R\$ 2.302 (R\$ 1.261 em 31/12/2023).

As contingências cíveis são em geral decorrentes de indenizações por danos materiais e morais, sendo em sua maior parte contencioso massificado dos processos ativos avaliados como perda provável. A provisão para perdas desses processos é constituída tomando como parâmetro o valor do risco calculado individualmente, de acordo com a liquidação do pedido realizado pelo autor(a) da ação ou da condenação dada em decisão de mérito, aplicando-se, ainda, redução de 20% sobre o valor apurado levando em consideração o histórico de redução dessas perdas decorrentes de acordos realizados nos processos. O valor de liquidação é verificado temporalmente. As contingências cíveis avaliadas como risco possível, para as quais não são reconhecidas contabilmente, totalizavam R\$ 9.395 (R\$ 7.526 em 31/12/2023).

Abaixo está demonstrada a movimentação das contingências:

	Trabalhistas e previdenciárias	Cíveis	Diversos	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2022	1.255	20.443	310	22.008
Constituição (reversão) líquida	752	4.447	57	5.256
Baixas por pagamento	(138)	(3.813)		(3.951)
Saldo em 30 de junho de 2023	1.869	21.077	367	23.313
Saldo em 31 de dezembro de 2023	1.882	29.541	393	31.816
Constituição (reversão) líquida	332	6.251	125	6.708
Baixas por pagamento	(63)	(7.229)		(7.292)
Saldo em 30 de junho de 2024	2.151	28.563	518	31.232

- (ii) “Provisão para garantias financeiras prestadas” refere-se a provisão de fiança bancária que monta em R\$ 79.538 (R\$ 75.978 em 31/12/2023).

19 Outros passivos

	30/06/2024	31/12/2023
Provisão de despesas com pessoal	46.100	65.153
Provisão para fornecedores e prestadores de serviços	16.525	22.417
Incentivo de bandeiras de cartões a apropriar	8.920	10.407
Valores recebidos para fechamento de contrato de câmbio	13.012	10.195
Valores a repassar a bandeiras de cartão	5.100	4.415
Prestações recebidas a baixar	2.661	1.483
Diversos	5.930	6.990
Total	98.248	121.060
Circulante	83.003	98.311
Não circulante	15.245	22.749

20 Patrimônio líquido

(a) Capital social

Em 30 de junho de 2024, o capital subscrito e integralizado no montante de R\$ 617.155 (R\$ 617.155 em 31/12/2023) está representado como segue:

	Ações Ordinárias	Ações Preferenciais	Total em circulação
Em 31 de dezembro de 2023	77.427.557	34.948.198	112.375.755
Em 30 de junho de 2024	77.427.557	34.948.198	112.375.755

(b) Reservas de lucros

Legal: Será constituída à base de 5% sobre o lucro líquido apurado, limitada a 20% do capital social.

Estatutária: Será constituída pelo saldo de lucro remanescente após a constituição de reserva legal e da distribuição dos dividendos. Sua destinação será para aumento de capital, podendo ser, por deliberação dos acionistas, distribuída total ou parcialmente ou compensada com prejuízos.

(c) Dividendos e juros sobre o capital próprio

Aos acionistas está assegurado um dividendo mínimo correspondente a 25% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma da Lei das Sociedades por Ações e do Estatuto Social.

Em dezembro de 2023, foram pagos juros sobre o capital próprio no montante de R\$ 30.000 referente ao exercício de 2023, deliberado em ata da reunião do conselho de administração realizada em 22/12/2023.

(d) Opções de compra de ações

Em 2022, em concordância com o plano de incentivo de longo prazo definido pelo Banco BS2 S.A., foi criado o programa de opções de compra de ações da companhia, as quais poderão ser liquidadas em instrumentos de patrimônio (ações).

São elegíveis ao programa os administradores e executivos do Banco e/ou das demais sociedades do grupo econômico da companhia (i.e., pessoas físicas que possuam vínculo de emprego, de prestação de serviços e/ou ocupem cargos da administração da companhia e/ou de qualquer sociedade do mesmo grupo econômico, estatutários ou não), a critério do conselho de administração ("elegíveis").

O programa é composto por 3 lotes que passam a ser exercíveis a partir de 4 anos da data de aquisição das opções pelo participante. O exercício das opções está condicionado à ocorrência de um evento de liquidez, sendo ele uma alienação ou uma oferta pública inicial (IPO). O prazo máximo do programa (data de vencimento) é até dezembro de 2027.

Foram outorgadas 19.900.000 opções neste programa, onde cada lote possui 1/3 dessa quantidade total. Em 30/06/2024, foram prescritas 2.300.000 opções e ficaram 17.600.000 opções em aberto.

(e) Resultado por ação básico e diluído

O resultado líquido atribuível aos acionistas do Banco é dividido pelo número médio de ações emitidas no período.

	01/01 a 30/06/2024	01/01 a 30/06/2023
Resultado líquido dos semestres	30.008	22.882
Quantidade média ponderada de ações:		
Ordinárias emitidas	77.427.557	77.427.557
Preferenciais emitidas	34.948.198	34.948.198
Resultado básico e diluído por ação:		
Ordinária (em Reais)	0,27	0,20
Preferencial (em Reais)	0,27	0,20
Resultado líquido atribuído - básico e diluído:		
Ações Ordinárias	20.905	15.486
Ações Preferenciais	9.436	6.990

21 Resultado da carteira de crédito e transações de pagamento

	01/01 a 30/06/2024	01/01 a 30/06/2023
Capital de giro	87.993	90.467
Antecipação de transações de pagamento	52.347	47.075
Precatórios	46.919	29.430
Financiamento à exportação	7.066	4.144
Risco sacado	3.901	2.145
Conta garantida	4.588	6.780
Desconto de títulos	1.998	4.325
CDC - Pessoas físicas e jurídicas	1.833	3.626
Diversos	3.367	1.936
Total	210.012	189.928

22 Resultado com aplicações interfinanceiras

	01/01 a 30/06/2024	01/01 a 30/06/2023
Rendas de aplicações em operações compromissadas	1.023	16.932
Rendas de aplicações em depósitos interfinanceiros	13.648	5.937
Rendas de aplicações em depósitos voluntários no BACEN	19.964	
Rendas de aplicações no exterior	4.262	(782)
Total	38.897	22.087

23 Resultado com títulos e valores mobiliários

	01/01 a 30/06/2024	01/01 a 30/06/2023
Resultado de títulos de renda fixa	108.744	110.427
Resultado de aplicações em fundos de investimento	22.766	12.986
Ajuste ao valor de mercado dos títulos e valores mobiliários	388	625
Resultado de títulos de renda variável		96
Total	131.898	124.134

24 Despesas com operações de captação no mercado

	01/01 a 30/06/2024	01/01 a 30/06/2023
Despesas com depósitos a prazo	(158.524)	(135.089)
Despesas com captações no mercado aberto	(15.597)	(22.509)
Despesas com letras financeiras subordinadas	(15.860)	(16.952)
Despesas com recursos de aceites e emissão de títulos	(19.568)	(13.856)
Despesas com depósitos interfinanceiros	(11.297)	(3.282)
Demais despesas de captação	(2.536)	(2.068)
Total	(223.382)	(193.756)

25 Receitas de prestação de serviços e Rendas de tarifas bancárias

	01/01 a 30/06/2024	01/01 a 30/06/2023
Receitas de prestação de serviços	6.425	6.408
Rendas de transferências de fundos	1.453	2.085
Rendas de garantias prestadas	1.584	1.024
Rendas de serviços prestados a ligadas (Nota 32(a))	646	1.262
Rendas de outros serviços	2.742	2.037
Rendas de tarifas bancárias	34.583	65.584
Rendas de tarifas de conta corrente (i)	30.549	60.439
Rendas de tarifas de operações de crédito	2.150	2.386
Outras rendas de tarifas bancárias	1.884	2.759
Total	41.008	71.992

(i) "Rendas de tarifas de conta corrente" refere-se substancialmente a serviços prestados aos participantes indiretos do sistema de pagamento instantâneo do Banco Central (SPI).

26 Despesa de pessoal

	01/01 a 30/06/2024	01/01 a 30/06/2023
Proventos	(40.154)	(30.208)
Honorários	(14.109)	(12.806)
Encargos sociais	(15.636)	(10.941)
Benefícios	(7.773)	(5.795)
Treinamento	(600)	(727)
Estagiários	(386)	(283)
Total	(78.658)	(60.760)

27 Outras despesas administrativas

	01/01 a 30/06/2024	01/01 a 30/06/2023
Prestação de serviços	(67.645)	(50.681)
Processamento de dados	(34.848)	(41.720)
Instalações e materiais	(6.756)	(7.153)
Depreciação e amortização	(3.464)	(4.817)
Comunicação	(3.258)	(3.229)
Propaganda e publicidade	(4.735)	(2.074)
Viagens	(1.898)	(1.973)
Diversos	(5.847)	(3.108)
Total	(128.451)	(114.755)

28 Despesas tributárias

	01/01 a 30/06/2024	01/01 a 30/06/2023
Cofins	(12.797)	(12.128)
ISSQN	(2.134)	(3.734)
PIS	(2.080)	(1.971)
Demais despesas tributárias	(4.008)	(3.386)
Total	(21.019)	(21.219)

29 Outras receitas e despesas operacionais

	01/01 a 30/06/2024	01/01 a 30/06/2023
Variações monetárias e cambiais	2.722	19.017
Incentivo bandeiras	1.487	1.487
Recuperação de provisões operacionais	12.414	1.183
Diversos	2.293	146
Total de outras receitas operacionais	18.916	21.833
Provisões operacionais	(2.634)	(2.434)
Serviços associados a transações de pagamento	(5.061)	(4.989)
Perdas com processos cíveis	(7.229)	(3.813)
Variações monetárias e cambiais	(175)	(31)
Perdas com processos trabalhistas	(63)	(138)
Diversos	(1.983)	(1.960)
Total de outras despesas operacionais	(17.145)	(13.365)

30 Outras receitas e despesas

	01/01 a 30/06/2024	01/01 a 30/06/2023
Rendas com aluguéis	219	1.403
Ganhos ou perdas de capital líquidos	(503)	2.579
Resultado na alienação de outros valores e bens	9	
Resultado na alienação de ativos não financeiros mantidos para a venda	138	(170)
Resultado na alienação de participações societárias	(10)	(3.555)
Diversos	(245)	(201)
Total	(392)	56

31 Imposto de renda e contribuição social

	01/01 a 30/06/2024		01/01 a 30/06/2023	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Resultado antes da tributação sobre o lucro	54.332	54.332	34.890	34.890
Adições (exclusões) líquidas:				
Equivalência patrimonial	(12.659)	(12.659)	(19.962)	(19.962)
Participações no resultado	(10.729)	(10.729)	(11.859)	(11.859)
Juros sobre o capital próprio				
Lei 11.196/2005 (Lei do bem)			(6.943)	(6.943)
Outras, líquidas	(1.093)	(285)	6.858	1.801
Base de cálculo	29.851	30.659	2.984	(2.073)
Alíquota Efetiva	(4.478)	(6.132)	(448)	415
Alíquota Adicional	(2.985)		(286)	
Incentivo Fiscal			170	
Imposto de renda e contribuição social	(7.463)	(6.132)	(564)	415

32 Partes relacionadas

(a) Transações com partes relacionadas

As operações realizadas entre partes relacionadas são efetuadas a valores, prazos e taxas médias usuais de mercado, vigentes nas respectivas datas, e em condições de comutatividade, e não envolvem riscos maiores que os normais de cobrança ou apresentam outras desvantagens. Os principais saldos e operações são demonstrados abaixo:

Ativo	30/06/2024	31/12/2023
Carteira de crédito		3.177
Outras partes relacionadas (iv)		3.177
Outros ativos financeiros	1.576	2.821
Adiq Instituição de Pagamento S.A. (ii)	1.124	1.272
BS2 Seguros S.A. (ii)	223	35
BS Tecnologia Ltda. (ii)	194	206
Adiqplus Instituição de Pagamento Ltda. (iv)	6	
Adiq Tecnologia Ltda. (iv)	4	
Bonsucesso Holding Financeira S.A. (i)	9	1.282
BS2 Asset Management - Administradora de Recursos Ltda. (ii)	16	26

Passivo	30/06/2024	31/12/2023
Depósitos à vista	9.283	13.598
Adiq Instituição de Pagamento S.A. (ii)	1.166	1.217
Bonsucesso Holding Financeira S.A. (i)	114	34
Adiqplus Instituição de Pagamento Ltda. (iv)	254	4.187
BS2 Seguros S.A. (ii)	1.219	2.584
BS2 Asset Management - Administradora de Recursos Ltda. (ii)	105	53
DT Participações S.A. (ii)	1.891	1
BLU Instituição de Pagamentos e Tecnologia S.A. (ii)		54
BS Tecnologia Ltda. (ii)	131	58
Adiq Tecnologia Ltda. (iv)	62	35
AD Participações S.A. (iv)	2	1
BLU Participações S.A. (ii)	3.505	1
Pessoal chave da Administração (iii)	259	81
Outras partes relacionadas (iv)	575	5.292
Depósitos a prazo	68.982	186.026
Adiq Instituição de Pagamento S.A. (ii)		108.224
Bonsucesso Holding Financeira S.A. (i)	24.566	28.357
Adiqplus Instituição de Pagamento Ltda. (iv)	1	
BS2 Asset Management - Administradora de Recursos Ltda. (ii)	2.176	1.888
DT Participações S.A. (ii)		1.851
BS Tecnologia Ltda. (ii)	17.068	23.528
Adiq Tecnologia Ltda. (iv)	16.470	11.081
AD Participações S.A. (iv)	82	428
BLU Participações S.A. (ii)		30
Pessoal chave da Administração (iii)	1.165	1.209
Outras partes relacionadas (iv)	7.454	9.430
Recursos de mercados interbancários	1.651	539
Pessoal chave da Administração	1.443	341
Outras partes relacionadas	208	198
Outros passivos financeiros	505	801
BS Tecnologia Ltda. (ii)	384	776
BS2 Seguros S.A. (ii)	41	
Adiq Instituição de Pagamento S.A. (ii)	80	25

Resultado	01/01 a 30/06/2024	01/01 a 30/06/2023
Resultado da carteira de crédito		27
BS Tecnologia Ltda. (ii)		9
BLU Instituição de Pagamentos e Tecnologia S.A. (ii)		18
Despesas de captação no mercado	(5.318)	(38.127)
Adiq Instituição de Pagamento S.A. (ii)	(1.815)	(34.601)
Bonsucesso Holding Financeira S.A. (i)	(1.310)	(1.257)
BS2 Asset Management - Administradora de Recursos Ltda. (ii)	(102)	(99)
DT Participações S.A. (ii)	(96)	(31)
BS Tecnologia Ltda. (ii)	(1.199)	(2.058)
Adiq Tecnologia Ltda.	(682)	(79)
AD Participações S.A. (iv)	(16)	(1)
BLU Participações S.A. (ii)	(98)	(1)
Receitas de prestação de serviços	646	1.262
BS2 Seguros S.A. (ii)	646	1.262
Outras despesas administrativas	(39.537)	(21.809)
BS Tecnologia Ltda. (ii)	(39.524)	(21.719)
BS2 Asset Management - Administradora de Recursos Ltda. (ii)	(13)	(90)

(i) Holding controladora integral do Banco BS2.

(ii) Empresas controladas do Banco BS2 conforme detalhado na nota 13.

(iii) Pessoal chave da administração do Banco BS2 e de sua controladora integral Bonsucesso Holding Financeira S.A..

(iv) Outras partes relacionadas pessoas físicas ou jurídicas.

(b) Remuneração do pessoal chave da Administração

A Assembleia Geral Ordinária estabelece uma remuneração anual para os Administradores. Os benefícios de curto prazo pagos estão demonstrados a seguir:

	01/01 a 30/06/2024	01/01 a 30/06/2023
Honorário	(7.859)	(6.390)
Participação nos lucros e resultados	(6.250)	(6.416)
Encargos sociais	(4.492)	(2.733)
Total	(18.601)	(15.539)

O Grupo possui programa de remuneração de longo prazo que contempla opções de compras de ações para pessoal chave da Administração e alguns empregados, conforme divulgado na nota 20 (d).

33 Adequação ao acordo de capitais (BASILEIA III)

O Banco Central do Brasil determina que as instituições financeiras mantenham um patrimônio de referência (PR), PR nível I e capital principal compatíveis com os riscos de suas atividades, superior ao requerimento mínimo do patrimônio de referência exigido, representado pela soma das parcelas de risco de crédito, risco de mercado e risco operacional.

Considerando os valores apurados em 30 de junho de 2024, registrou-se um coeficiente de Basileia III (adequação ao patrimônio de referência exigido) de 16,40% (14,63% em 31/12/2023), que se encontra em conformidade com o preconizado pelo BACEN, uma vez que o mínimo requerido é de 10,5% (índice basileia 8% + ACP 2,5%). Para os índices de nível I e capital principal o indicador ficou em 14,29% (12,29% em 31/12/2023), ambos acima do mínimo exigido pela autoridade reguladora, de 8,5% para o nível I (índice de nível I 6% + ACP 2,5%) e de 7% para o capital principal (índice de capital principal 4,5% + ACP 2,5%).

A apuração dos índices de capital é calculada de forma consolidada com base nas informações do Conglomerado Prudencial, cujas regras são definidas pelo BACEN, é demonstrado a seguir:

Descrição	30/06/2024	31/12/2023
(=) Patrimônio de referência – nível I	743.087	728.848
(+) Capital principal	743.087	728.848
(+) Capital social e reservas	731.732	731.892
(+) Reservas de capital, reavaliação e de lucros	203.011	169.122
(+) Sobras ou Lucros Acumulados	244	
(-) Deduções do capital – ajustes a valor de mercado de TVM	22.054	17.380
(-) Ajustes prudenciais	169.846	154.786
(+) Patrimônio de referência – nível II	110.014	139.152
(+) Instrumentos elegíveis para compor nível II (a)	110.014	139.159
(-) Deduções do nível II		7
Patrimônio de referência total	853.101	868.000
Alocação de capital por risco		
Risco de crédito (RWAcpad)	2.675.036	4.083.673
Risco de Serviços de Pagamento (RWAsp)	1.279.695	
Risco de mercado (RWAjur + RWAcam + RWAacs + RWAcom)	125.707	109.016
Risco operacional (RWAopad)	1.120.717	1.739.573
Ativos ponderados por risco (RWA)	5.201.155	5.932.261
Patrimônio de referência mínimo requerido para RWA	416.092	474.581
Patrimônio de referência mínimo requerido para o RWA e para RBAN	417.579	474.927
Margem sobre o patrimônio de referência requerido	437.008	393.419
Margem sobre o patrimônio de referência com RBAN	305.492	244.766
Margem sobre o patrimônio de referência nível I requerido	431.017	372.912
Margem sobre o capital principal requerido	509.035	461.896
Margem adicional de capital	300.989	224.605
Índice de basileia - PR	16,40%	14,63%
Índice do nível I	14,29%	12,29%
Índice do capital principal	14,29%	12,29%
Índice de imobilização	29,96%	29,06%

34 Gerenciamento de risco

Gerenciamento de capital

Entende-se como gerenciamento de capital o processo contínuo de: (a) monitoramento e controle de capital mantido pela instituição; (b) avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos que o grupo está sujeito; e (c) o planejamento de metas e exigência de capital, considerando os objetivos estratégicos do Banco.

No gerenciamento de capital, a instituição mantém uma postura prospectiva, antecipando a necessidade decorrente de possíveis alterações nas condições do mercado.

Gerenciamento de risco

A gestão de riscos do Banco reflete em um esforço integrado de ações, controles e processos, de forma a contemplar os riscos de mercado, de crédito, de liquidez, operacional e social, ambiental e climático.

I - Risco de mercado - É a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas pelas empresas do Banco, contemplando os seguintes fatores de risco: variação cambial, das taxas de juros, dos preços das ações e dos preços das mercadorias (*commodities*). Gerenciado em sintonia com as recomendações e normatização dos órgãos reguladores e alinhado com as melhores práticas do mercado nacional, a política que norteia as ações de gerenciamento do risco de

mercado tem bases conservadoras, sendo que os limites de VaR (*Value at Risk*) são definidos pela Administração e monitorados com periodicidade diária, através da geração do DDR.

II - Risco de crédito - É a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pelo tomador ou contraparte de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, à desvalorização de contrato de crédito decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador, à redução de ganhos ou remunerações, às vantagens concedidas na renegociação e aos custos de recuperação. A cadeia de valor da gestão de risco de crédito abrange: 1. Desenvolver e manter políticas; 2. Realizar análise e concessão de crédito; 3. Monitorar e gerenciar exposições; 4. Gerenciar a carteira de crédito; e 5. Gerar reportes regulatórios e gerenciais.

III - Risco de liquidez - É o risco de a instituição não possuir recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos. A política de gestão do risco de liquidez visa estabelecer os parâmetros mínimos de caixa a serem observados e mantidos, bem como as ferramentas necessárias para sua gestão em cenários normais ou de crise. O acompanhamento diário visa mitigar possíveis descasamentos dos prazos, permitindo, se necessário, ações corretivas.

IV – Risco operacional – É a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos. Inclui o risco legal associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela instituição, bem como a sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e a indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pela instituição.

V – Riscos social, ambiental e climático:

- Risco Social: possibilidade de ocorrência de perdas para a instituição ocasionadas por eventos associados à violação de direitos e garantias fundamentais ou a atos lesivos a interesse comum;

- Risco Ambiental: possibilidade de ocorrência de perdas para a instituição ocasionadas por eventos associados à degradação do meio ambiente, incluindo o uso excessivo de recursos naturais;

- Risco Climático de Transição: possibilidade de ocorrência de perdas para a instituição ocasionadas por eventos associados ao processo de transição para uma economia de baixo carbono, em que a emissão de gases do efeito estufa é reduzida ou compensada e os mecanismos naturais de captura desses gases são preservados;

- Risco Climático Físico: possibilidade de ocorrência de perdas para a instituição ocasionadas por eventos associados a intempéries frequentes e severas ou a alterações ambientais de longo prazo, que possam ser relacionadas a mudanças em padrões climáticos.

Gerenciamento de risco operacional e social, ambiental e climático

Em conformidade com a Resolução CMN nº 4.943/21, que altera a resolução nº 4.557/17, e a resolução CMN nº 4.945/21, o Banco adequou suas políticas de gestão dos riscos operacional, social, ambiental e climático, onde estão definidas as responsabilidades, os princípios e diretrizes. Nesta estrutura, cabe aos gestores em todos os níveis garantir que seus colaboradores em sua totalidade entendam os riscos e responsabilidades envolvidas em suas atividades diárias, bem como conheçam e sigam as políticas e manuais relativos aos riscos operacional, social, ambiental e climático.

Nesse contexto, foram estabelecidos direcionamentos visando o atendimento às novas exigências regulatórias, como a revisão da estrutura de gestão, implementação de novos processos, atualização de metodologias, bem como a adoção de controles, sempre observando o princípio da proporcionalidade e relevância das nossas operações.

O Banco considera a atividade de gestão do risco operacional e dos riscos social, ambiental e climático como suporte à geração de valor à instituição. A melhoria de processos internos e o suporte às áreas de negócio têm permitido que a gestão destes riscos contribua para o aprimoramento da eficiência operacional e consequentemente na redução do comprometimento do capital.

Gerenciamento de continuidade de negócios – GCN

O Banco conta com programa de continuidade de negócios para a garantia da sustentabilidade da instituição, visando proteger sua imagem e reputação. Atuam proativamente por meio de suas estruturas de gerenciamento de riscos e sua governança corporativa para continuidade de negócios, oferecendo maior segurança aos seus clientes e acionistas diante de imprevistos, buscando minimizar perdas financeiras e assegurar o nível adequado de estabilidade organizacional nos momentos posteriores a eventuais interrupções e durante a recuperação.

A gestão do programa de continuidade de negócios, é realizada por meio da avaliação de cenários, adoção de medidas corretivas e mitigadoras, testes, treinamentos e revisões periódicas, a fim de garantir que o plano de continuidade de negócios esteja atualizado e operacional.

Gerenciamento de risco de mercado e liquidez

Em consonância com a resolução CMN 4.557/17, o Banco definiu sua estrutura de gerenciamento do risco de mercado e liquidez compatível com a natureza de suas operações e a complexidade dos seus produtos e serviços, considerando a concentração na carteira de antecipação de recebíveis de cartão de crédito, crédito a pequenas e médias empresas e direitos creditórios, além de operações de câmbio. Essa estrutura é devidamente qualificada e atua com políticas, sistemas, processos e rotinas bem definidos, observando as disposições do Banco Central do Brasil.

O risco de mercado da carteira banking (IRRBB) é calculado com base na metodologia *Economic Value of Equity* (EVE), com base nos cenários descritos pelo Banco Central do Brasil na circular 3.876/2018 e consiste em uma abordagem de valor econômico, onde são avaliados os impactos de precificação dos instrumentos sujeitos ao IRRBB em um cenário-base e em um cenário de choque nas taxas de juros (Δ EVE).

O risco de mercado da carteira *trading* (RWAm pad) é apurado diariamente com base na resolução CMN 4.958/21 onde são avaliadas as parcelas de requerimento de capital do RWAm pad.

No risco de liquidez são acompanhadas diariamente todas as entradas e saídas do caixa com foco na liquidez imediata, monitorada as fontes de recursos, depósitos à vista e a prazo, além do fluxo de caixa mensal com a projeção anual.

Gerenciamento de risco de crédito

Em consonância com a resolução CMN 4.557/17, o Banco implementou sua estrutura de gerenciamento de risco de crédito, pautada na avaliação da base histórica das carteiras de crédito, cujos produtos são os indicadores de performance e risco, simulações de condições extremas (*Stress Test*) em metodologia própria e do BACEN, além da documentação dos procedimentos por meio de política, normas, instruções de trabalho e relatórios.

Cultura de Riscos

A gestão efetiva dos riscos se baseia principalmente no desenvolvimento de uma cultura organizacional no sentido de conscientizar a todos sobre a importância de seu papel na prevenção e mitigação de riscos. Por isso, o BS2 adota um processo contínuo de disseminação de informações sobre a gestão de riscos ao pessoal da organização, em seus diversos níveis, inclusive aos prestadores de serviços terceirizados relevantes, com linguagem e grau de informação compatíveis com sua área de atuação. No BS2 as ações

de aculturamento de riscos objetivam manter os colaboradores alinhados e engajados com os objetivos, causas e discursos da organização. Dessa maneira, são estabelecidas e estimuladas condutas que vão ao encontro do que a empresa prega.

A divulgação do “Relatório de Gerenciamento de Riscos” é realizada no site, na seção Governança Corporativa e “Relatório de Gerenciamento de Riscos” (www.bs2.com/governanca-corporativa), que visa atender a Circular 3.930/2019 do Banco Central do Brasil e refere-se à estrutura de gerenciamento de riscos, seus processos e metodologias, como também, o detalhamento dos riscos de crédito, mercado, liquidez, operacional e socioambiental.

35 Outras informações

(a) Cobertura de seguros

O Banco possui cobertura de seguros para fazer face a eventuais sinistros que venham a ocorrer com os bens do ativo imobilizado.

(b) Análise de sensibilidade

As análises de sensibilidade são feitas para as exposições financeiras (*Carteiras Trading e Banking*) da instituição. Entretanto, vale destacar que os impactos das exposições financeiras da Carteira *Banking* não representam prejuízo contábil potencial para o Banco BS2. Isto ocorre pelo fato de que as operações classificadas na Carteira *Banking* (principalmente as indexadas ao fator de risco pré, cupom cambial e índice de preços) tendem a ser mantidas até o seu vencimento.

Tais análises foram preparadas a partir de cenários elaborados considerando as informações de mercado divulgadas à época. Assim, foram utilizados os cenários que afetariam negativamente as posições da instituição.

Cenário I: Acréscimo de 1 ponto básico nas curvas de juros pré-fixado, cupom cambial, índices de preços e 1 ponto percentual nos preços de moedas e ações que tem como base as informações das respectivas datas-bases, divulgadas pelo mercado (B3, Anbima, etc.);

Cenário II: Choques de mais e menos 25% com base nas informações de mercado nas respectivas datas-bases, sendo consideradas as maiores perdas resultantes por fator de risco;

Cenário III: Choques de mais e menos 50% com base nas informações de mercado nas respectivas datas-bases, sendo consideradas as maiores perdas resultantes por fator de risco.

Apresenta-se a seguir os resultados para a carteira completa da instituição.

Carteira total		Exposições		30/06/2024		
Fatores de risco	Risco de variação em:	Cenário I	Cenário II	Cenário III		
Prefixado	Taxas de juros prefixadas	9	(2.390)	(3.934)		
Cupom Cambial	Taxas dos cupons de moedas estrangeiras	(134)	(246)	(487)		
Moeda Estrangeira	Variação Cambial	(72)	(1.796)	(3.591)		
Índice de Preços	Taxas dos cupons de índices de preços	32	(3.485)	(7.124)		
Ações	Preço das Ações					
Demais	Demais fatores de risco	47	(6.095)	(12.485)		
Total sem correlação		(118)	(14.012)	(27.621)		
Total com correlação		(23)	(8.654)	(16.754)		

Carteira total	Exposições	31/12/2023		
		Cenário I	Cenário II	Cenário III
Fatores de risco	Risco de variação em:			
Prefixado	Taxas de juros prefixadas	38	(9.060)	(18.770)
Cupom Cambial	Taxas dos cupons de moedas estrangeiras	(233)	(298)	(592)
Moeda Estrangeira	Variação Cambial	(144)	(3.590)	(7.180)
Índice de Preços	Taxas dos cupons de índices de preços	23	(1.974)	(4.028)
Ações	Preço das Ações	58	(1.448)	(2.895)
Demais	Demais fatores de risco	8	(1.324)	(2.777)
Total sem correlação		(250)	(17.694)	(36.242)
Total com correlação		44	(11.335)	(23.448)

A seguir, são apresentadas as análises de sensibilidade realizadas exclusivamente na Carteira *Trading*, que consiste em todas as operações detidas com intenção de negociação. São operações destinadas a revenda, obtenção de benefício dos movimentos de preços, efetivos ou esperados ou realização de arbitragem. É importante salientar que os resultados apresentados não se traduzem necessariamente em resultados contábeis, pois revelam impactos considerando uma posição estática dos ativos e passivos, o que difere da situação real, onde a instituição, de acordo com dinamismo do mercado, busca formas de mitigar os riscos associados a estas posições.

Carteira trading	Exposições	30/06/2024		
		Cenário I	Cenário II	Cenário III
Fatores de risco	Risco de variação em:			
Prefixado	Taxas de juros prefixadas	(1)	(236)	(461)
Cupom Cambial	Taxas dos cupons de moedas estrangeiras	(130)	(240)	(477)
Moeda Estrangeira	Variação Cambial	347	(8.685)	(17.370)
Índice de Preços	Taxas dos cupons de índices de preços			
Ações	Preço das Ações			
Demais	Demais fatores de risco		(10)	(20)
Total sem correlação		216	(9.171)	(18.328)
Total com correlação		(36)	(848)	(1.684)

Carteira trading	Exposições	31/12/2023		
		Cenário I	Cenário II	Cenário III
Fatores de risco	Risco de variação em:			
Prefixado	Taxas de juros prefixadas		(62)	(119)
Cupom Cambial	Taxas dos cupons de moedas estrangeiras	(98)	(164)	(325)
Moeda Estrangeira	Variação Cambial	451	(11.282)	(22.564)
Índice de Preços	Taxas dos cupons de índices de preços		(13)	(24)
Ações	Preço das Ações	58	(1.448)	(2.895)
Demais	Demais fatores de risco			
Total sem correlação		411	(12.969)	(25.927)
Total com correlação		(14)	(2.722)	(5.439)

(c) Valor justo dos ativos e passivos financeiros

A mensuração do valor justo utilizando uma hierarquia de valor justo que reflita o modelo utilizado no processo de mensuração, deve estar de acordo com os seguintes níveis hierárquicos:

Nível 1: Determinados com base em cotações públicas de preços (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos, incluem títulos da dívida pública, ações, derivativos listados.

Nível 2: São os derivados de dados diferentes dos preços cotados incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços).

Nível 3: São derivados de técnicas de avaliação que incluem dados para os ativos ou passivos que não são baseados em variáveis observáveis de mercado (dados não observáveis).

A tabela a seguir mostra um resumo dos valores justos dos ativos e passivos em 30 de junho de 2024 bem como em 31 de dezembro de 2023, classificados com base nos diversos métodos de mensuração adotados pelo Banco para apurar seu valor justo:

	30/06/2024					
	Valor Contábil	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Valor Justo	Resultado não realizado
Ativo						
Aplicações em depósitos interfinanceiros	214.373		214.347		214.347	(26)
TVM e instrumentos financeiros derivativos	1.988.799	1.759.013	244.756		2.003.769	14.970
Operações de crédito	1.624.452		1.361.189	266.649	1.627.838	3.386
Passivo						
Depósitos	4.278.724		4.173.855		4.173.855	(104.869)
Captações no mercado aberto	545.656	545.656			545.656	
Recursos de mercados interbancários	382.859		382.319		382.319	(540)
Obrigações por empréstimos e repasses	24.642		24.642		24.642	
Instrumentos financeiros derivativos	88		88		88	
Dívidas e Letras Financeiras Subordinadas	227.735		234.217		234.217	6.482

	31/12/2023					
	Valor Contábil	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Valor Justo	Resultado não realizado
Ativo						
Aplicações em depósitos interfinanceiros	204.083		202.264		202.264	(1.819)
TVM e instrumentos financeiros derivativos	2.351.838	2.162.260	208.486		2.370.746	18.908
Operações de crédito	1.647.509		1.251.119	448.428	1.699.547	52.038
Passivo						
Depósitos	4.463.042		4.559.307		4.559.307	96.265
Captações no mercado aberto	59.371					(59.371)
Recursos de mercados interbancários	356.756		357.266		357.266	510
Obrigações por empréstimos e repasses	25.761		25.761		25.761	
Instrumentos financeiros derivativos						
Dívidas e Letras Financeiras Subordinadas	252.231		272.861		272.861	20.630

O valor justo dos ativos financeiros, que são negociados em mercados ativos, é baseado em seus preços de mercado cotados na data do balanço. São considerados mercados ativos, aqueles em que os preços de mercado estão regularmente disponíveis por meio de Bolsa de Valores, serviço de precificação ou agência reguladora. Por esses motivos, classificamos esses títulos como de Nível 1, na hierarquia de valor justo.

Para os ativos que não são negociados em mercado ativo, a instituição utiliza técnicas de avaliação para fazer sua melhor estimativa do preço que seria fixado pelo mercado. Esses modelos utilizam dados baseados em parâmetros de mercado observáveis como uma importante referência.

Os métodos e premissas utilizados para a estimativa do valor justo estão definidos abaixo:

a) Operações de Crédito: O valor justo é estimado por grupos de operações de créditos similares. O valor justo dos empréstimos foi determinado pelo desconto dos fluxos de caixa utilizando as taxas médias de juros dos novos contratos. Ou seja, o fluxo de caixa futuro da carteira de crédito atual é estimado com base nas taxas contratuais, e, em seguida, a média das taxas utilizadas nos contratos atuais é utilizada como parâmetro para o desconto destes fluxos.

b) Depósitos de clientes, de instituições de crédito e do Banco Central do Brasil: O valor justo dos depósitos a prazo foi calculado mediante o desconto da diferença entre os fluxos de caixa nas condições contratuais e as taxas das curvas públicas de juros futuros em vencimentos similares.

c) Obrigações por títulos e valores mobiliários e Dívidas subordinadas: Os valores justos destes itens foram estimados por meio do cálculo de fluxo de caixa descontado através das curvas de juros futuros nos prazos e vencimentos similares. Para os valores de depósitos à vista, foi considerado que o valor justo destes passivos é significativamente próximo de seu valor contábil.

Os ativos classificados no Nível 3, por sua vez, são aqueles que utilizam informações que não sejam baseadas em dados de mercado observáveis. Neste caso, o Banco utiliza modelos desenvolvidos internamente, visando mensurar adequadamente o valor justo destes instrumentos.

Nível 1: Os derivativos negociados em bolsas de valores são classificados no nível 1 da hierarquia.

Nível 2: Para os derivativos negociados em balcão, para a avaliação de instrumentos financeiros (basicamente *swaps* e opções), utilizam-se normalmente dados de mercado observáveis como, taxas de câmbio, taxas de juros, volatilidade, correlação entre índices e liquidez de mercado. No apuração dos instrumentos financeiros mencionados, utiliza-se a metodologia do modelo de Black-Scholes (opções de ações, opções de taxa de câmbio, dentre outras) e do método do valor presente (desconto dos valores futuros por curvas de mercado).

Nível 3: Os derivativos não negociados em bolsa e que não possuem informações observáveis num mercado ativo foram classificados como nível 3.

(d) Resultados recorrentes e não recorrentes

	01/01 a 30/06/2024	
	Resultado recorrente	Resultado não recorrente
Receitas da intermediação financeira	463.841	463.841
Despesas da intermediação financeira	(232.713)	(232.713)
Resultado da intermediação financeira	231.128	231.128
Resultado de créditos de liquidação duvidosa	(3.714)	(3.714)
Resultado bruto da intermediação financeira	227.414	227.414
Outras receitas e despesas operacionais	(172.690)	(172.690)
Resultado operacional	54.724	54.724
Outras receitas e despesas (i)	(392)	(392)
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações	54.332	54.332
Imposto de renda e contribuição social	(13.595)	(13.595)
Participações no resultado	(10.729)	(10.729)
Resultado líquido do semestre/exercícios	30.008	30.008

	01/01 a 30/06/2023		
	Resultado recorrente	Resultado não recorrente	Total
Receitas da intermediação financeira	370.225		370.225
Despesas da intermediação financeira	(197.687)		(197.687)
Resultado da intermediação financeira	172.538		172.538
Resultado de créditos de liquidação duvidosa	(41.392)		(41.392)
Resultado bruto da intermediação financeira	131.146		131.146
Outras receitas e despesas operacionais	(96.312)		(96.312)
Resultado operacional	34.834		34.834
Outras receitas e despesas (i)	3.611	(3.555)	56
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações	38.445	(3.555)	34.890
Imposto de renda e contribuição social	(1.749)	1.600	(149)
Participações no resultado	(11.859)		(11.859)
Resultado líquido do semestre/exercícios	24.837	(1.955)	22.882

(i) No primeiro semestre de 2023 refere-se a perda na venda da DTVM conforme detalhado na nota 13 (a).

(e) **Valor equivalente em reais de ativos e passivos em moeda estrangeira**

Os principais saldos em moeda estrangeira registrados no balanço patrimonial, baseados na natureza dos respectivos itens, são os seguintes:

	30/06/2024			
	Dólar	Euro	Outras	Total
Caixa e equivalentes de caixa	175.893	25.245	18.511	219.649
Instrumentos financeiros	236.855	3.658	200.729	441.242
Aplicações em depósitos interfinanceiros	3.510			3.510
Operações de crédito	13.729			13.729
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	(45)			(45)
Outros ativos financeiros	219.661	3.658	200.729	424.048
Outros ativos	25	27		52
Total dos ativos	412.773	28.930	219.240	660.943
Passivos financeiros	423.144	38.145	211.122	672.411
Depósitos	141.428	2.997	861	145.286
Relações interdependências	105.300	19.077	3.597	127.974
Obrigações por empréstimos e repasses	24.618		23	24.641
Outros passivos financeiros	151.798	16.071	206.641	374.510
Outros passivos	3.697	4.610	1.273	9.580
Total dos passivos	426.841	42.755	212.395	681.991

	31/12/2023			
	Dólar	Euro	Outras	Total
Caixa e equivalentes de caixa	63.310	29.024	7.202	99.536
Instrumentos financeiros	168.221	17.816	425.544	611.581
Aplicações em depósitos interfinanceiros	1.802			1.802
Operações de crédito	2.471			2.471
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	(53)			(53)
Outros ativos financeiros	164.001	17.816	425.544	607.361
Outros ativos	11			11
Total dos ativos	231.542	46.840	432.746	711.128
Passivos financeiros	330.981	48.934	432.759	812.674
Depósitos	33.762	101	6	33.869
Relações interdependências	125.347	22.477	306	148.130
Obrigações por empréstimos e repasses	161.050		49	161.099
Outros passivos financeiros	10.822	26.356	432.398	469.576
Outros passivos	1.268			1.268
Total dos passivos	332.249	48.934	432.759	813.942

(f) Honorários de auditoria

Em cumprimento aos requisitos éticos do Conselho Federal de Contabilidade, informamos que foram pagos para a PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes o montante de R\$ 1.050 a título de honorários de serviços de auditoria das demonstrações financeiras para o exercício de 2024.

* * *

Composição dos órgãos da administração

Diretoria

Marcos Antônio Vaz de Magalhães
Diretor Presidente

Renata Braga Pentagna Guimarães
Diretora de Governança e Gestão

Rodrigo Braga Pentagna Guimarães
Diretor Comercial

Juliana Braga Pentagna Guimarães
Diretora de Corporate Development

Carlos Eduardo Tavares de Andrade Júnior
Diretor de Câmbio

Davi Ponciano Araújo Lima
Diretor de Finanças e Riscos

Ziro Murata Júnior
Diretor Executivo

Rodrigo Elias Moreira
Diretor Executivo

Danilo Ricardo Bono Zimmermann
Diretor Executivo

Comitê de auditoria

Gabriel Pentagna Guimarães
Presidente do Comitê

Carlos Augusto da Silva
Membro Especialista

Marcos Grodetzky
Membro do Comitê

Conselho de administração

Marcos Grodetzky
Presidente

Paulo Henrique Pentagna Guimarães
Vice-Presidente

Gabriel Pentagna Guimarães
Conselheiro

João Claudio Pentagna Guimarães
Conselheiro

André Pentagna Guimarães Salazar
Conselheiro

Marcos Antônio Vaz de Magalhães
Conselheiro

Controladoria

José Luiz de Souza Leite
Contador - CRC-MG 48.029/O-0

Introdução

O Comitê de Auditoria do Banco BS2 S.A. (Comitê) tem como atribuições o assessoramento do Conselho de Administração na avaliação da fidedignidade das demonstrações financeiras, na verificação do cumprimento das exigências legais e regulamentares, na efetividade e independência dos trabalhos desenvolvidos pelas auditorias interna e independente, bem como na efetividade dos sistemas de controles internos e gerenciamento do risco operacional. Além disso, o Comitê de Auditoria recomenda a correção e o aprimoramento de políticas, práticas e procedimentos identificados no âmbito de suas atribuições, sempre que julgar necessário.

A atuação do Comitê contempla também a Adiq Instituição de Pagamentos S.A. (Adiq), uma vez que é enquadrado no segmento S3 pelas normas do Banco Central do Brasil (conglomerado prudencial). Ainda, acompanha os assuntos da BS2 Seguros S.A. e, quando solicitado, das outras empresas controladas ou coligadas.

O Comitê é atualmente composto por três membros, sendo dois independentes, eleitos na reunião do Conselho de Administração de 29 de abril de 2024. Um dos membros independentes é designado como especialista nas matérias tratadas no âmbito deste comitê. O Comitê atua por meio de reuniões com executivos, auditores internos e independentes e especialistas, conduzindo análises a partir da leitura de documentos e informações que lhe são submetidas, além de tomar iniciativas em relação a outros procedimentos que entenda necessários. As avaliações do Comitê estão baseadas, primordialmente, nas informações recebidas da Diretoria Executiva, das auditorias interna e independente e das áreas responsáveis pelo monitoramento da integridade (compliance), dos controles internos, riscos financeiros e operacionais, ouvidoria, governança corporativa, jurídicos e tributários, contabilidade, tecnologia, segurança da informação e proteção de dados, prevenção à lavagem de dinheiro e combate ao terrorismo, ESG, dentre outros.

O Comitê também acompanha e atua sobre os resultados de inspeções e apontamentos dos órgãos reguladores e autorreguladores e as respectivas providências adotadas pela Administração para atendimento de tais apontamentos.

Atividades do comitê de auditoria

O Comitê atua através da realização de reuniões periódicas com a Administração e executivos do Banco BS2 e de suas instituições e empresas controladas e coligadas, com objetivo de obter informações necessárias aos questionamentos formulados pelos seus membros. O Comitê realiza também, acompanhamentos e revisões de documentos e informações.

As atividades do comitê durante o primeiro semestre de 2024

Banco

O Comitê tomou conhecimento das comunicações dos órgãos reguladores recebidas por meio de ofícios, e-mails ou requisições, acompanhando periodicamente as tratativas e atendimentos das respostas dentro do prazo previsto. Teve acesso aos indicadores de monitoramentos e aderência regulatória.

Tomou conhecimento das atividades realizadas pelo canal de ética até mai/24, analisando os comentários ilustrativos sobre os casos tratados. Acompanhou os indicadores do programa de “não conformidade” com os planos de ações relativos às recomendações das auditorias interna e externa, com destaque àqueles concluídos, em aberto ou em atraso. Teve acesso aos números e análise realizadas nos programas “conheça seu funcionário”, “conheça seu fornecedor”, “PLD onboarding de clientes”, “PLD Baas” e “PLD Câmbio”.

Aprovou o escopo da auditoria interna do Banco, para 2024 e 2025, que será realizada pela KPMG.

O Comitê discutiu o tema LGPD, aprovou o Plano Diretor de segurança da informação para 2024 e acompanhou a evolução das ações implementadas no banco, ao longo do 1º sem/2024, bem como tomou conhecimento das atualizações em SI (principais ataques e grau de risco dos incidentes).

Teve atualizações das ações de ESG, especificamente à Resoluções CMN 4.943 e 4.945, sobre riscos não financeiros e sustentabilidade, tendo acesso às ações tomadas durante o ano corrente e passado, relativas às recomendações das auditorias interna e externa.

Teve acesso aos temas tributários e de provisionamentos que podem afetar de forma relevante os números contábeis do Banco, os quais serão devidamente recomendados ao conselho de administração do Banco. Destaque para o projeto que visa atender a Res. CMN 4966 (perdas esperadas e IFRS), dentre outros.

O Comitê reuniu-se com a auditoria interna para tomar conhecimento dos trabalhos realizados na última visita do plano de 2023 e os pontos apresentados foram direcionados para as áreas responsáveis, já com plano de ação. O Comitê reuniu-se, também, com os auditores internos do BS2 Seguros S.A., repassando o escopo e o resultado dos trabalhos realizados.

Em reunião com os Auditores externos o Comitê tomou conhecimento do planejamento dos trabalhos para exercício de 2024 e do resultado dos trabalhos de avaliação de controles internos e sistemas de processamento dos sistemas de crédito.

Adiq

O Comitê de Auditoria tomou conhecimento das comunicações dos órgãos reguladores recebidas por meio de ofícios, e-mails ou requisições, acompanhando periodicamente a tratativa e atendimento das respostas dentro do prazo previsto.

Discutiu o tema de LGPD da Adiq e o termo de compromisso relativo às atividades de PLD, que estão em análise pelo Bacen. Aprovou o plano diretor de segurança da informação para 2024 e acompanhou a evolução das ações implementadas da Adiq, ao longo do 1º sem/2024.

Teve acesso aos temas tributários, de provisionamentos e depreciação que podem afetar de forma relevante os números contábeis da Adiq, os quais serão devidamente recomendados ao conselho de administração da Adiq. Destaque para ISSQN, PIS/Cofins e estoque de POS, bem como para o projeto que visa atender a Res. CMN 4966 (perdas esperadas e IFRS), dentre outros.

Quanto a efetividade dos controles internos

Com o objetivo de cumprir a resolução 2.554 do Banco Central do Brasil, o BS2 e a Adiq possuem áreas dedicadas a auxiliar a Administração no estabelecimento de controles adequados para mitigar riscos inerentes à realização das suas atividades, para garantir com razoável certeza o alcance dos objetivos estratégicos, operacionais e de conformidade legal e regulatória, além da confiabilidade nas demonstrações contábeis.

O Comitê, com base nos resultados dos trabalhos apresentados pela auditoria interna, auditoria externa e demais informações apresentadas pela Administração, registra como positiva a efetividade do sistema de controle interno do Banco e da Adiq.

Relativamente à controlada Adiq, existem etapas a serem concluídas em relação à aprovação do termo de compromisso junto ao Banco Central do Brasil, provenientes de deficiências de controles internos relacionadas a PLD, bem como a conclusão dos planos de ação das deficiências de alta criticidade apontadas no relatório da auditoria interna, relativas à tecnologia e segurança da informação. Não obstante, todos os planos de ação estão em curso.

Quanto a efetividade dos trabalhos da auditoria interna

As auditorias internas do Banco e da Adiq estão sendo realizadas pela KPMG e na BS2 Seguros pela Baker Tilly, os quais estão sob a responsabilidade de um executivo interno do Banco. Os trabalhos são realizados e reportados ao Comitê de Auditoria, que está diretamente ligado ao Conselho de Administração

do BS2. O planejamento dos trabalhos da auditoria interna está alinhado aos principais riscos das Instituições, analisados pelo Comitê de Auditoria e aprovados pelo Conselho de Administração. Os relatórios apresentados pelas auditorias internas foram analisados, discutidos e apresentados ao Conselho do Banco, da Adiq e da BS2 Seguros.

O Comitê conclui que a Auditoria Interna tem cumprido com seu dever como terceira linha de defesa, dentro da estrutura de governança das instituições com a devida independência, cobrindo os principais riscos e em linha com as melhores práticas de mercado.

Quanto a efetividade dos trabalhos da auditoria externa

Os trabalhos desenvolvidos pelos auditores externos, foram planejados e executados de forma a atender as normas dos órgãos reguladores, foram analisados e acompanhados pelo Comitê e levados a aprovação do Conselho de Administração.

Os auditores, por meio do processo comunicação com a Administração, se manifestaram sobre suas independências e que não houve nenhuma atividade durante o primeiro semestre de 2024 que pudesse afetá-la em relação ao Banco BS2, a Adiq e à Seguradora. O Comitê avaliou a proposta da PwC e não se deparou com a existência de outras propostas de trabalho que pudessem afetar a sua independência

O Comitê de Auditoria considera a qualidade e a eficiência dos serviços prestados pelos auditores, as suas qualificações, a expertise técnica e o conhecimento das operações e do setor de atuação da Instituição.

Quanto a adequação das demonstrações financeiras do BS2

O cronograma de elaboração e aprovação das demonstrações contábeis em Bacen-Gaap e IFRS de 2024 foram aprovados pelo Comitê.

O Comitê também revisou e discutiu com a Administração e o auditor independente sobre a adequação das demonstrações financeiras individuais auditadas do Banco BS2 e da Adiq para o semestre e exercício findos em 30 de junho de 2024.

Com base nas revisões e nas discussões citadas acima, o Comitê recomenda que elas sejam também aprovadas pelo Conselho de Administração do Banco e da Adiq.

Belo Horizonte, 27 de agosto de 2024.

Gabriel Pentagna Guimarães
Presidente do Comitê

Marcos Grodetzky
Membro do Comitê

Carlos Augusto da Silva
Membro Especialista